

## **Informações trimestrais**

**Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA –  
“Em Recuperação Judicial”**

**31 de março de 2014  
com Relatório dos Auditores Independentes**

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Informações Trimestrais

31 de março de 2014 e 2013

### Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Informações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR**

Aos Administradores e Acionistas da  
Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”  
Belém - PA

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Centrais Elétricas do Pará S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## **Ênfase**

### **Recuperação Judicial**

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de a Companhia estar em recuperação judicial. Conforme nota explicativa 1, em 01 de setembro de 2012, a Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia. Essa condição indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações trimestrais foram preparadas levando-se em conta que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia será executado com êxito.


### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 07 de maio de 2014.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6-F-CE



Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-PA

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	63.316	109.294
Investimentos de curto prazo	5	199.492	130.106
Contas a receber de clientes	6	548.243	560.455
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	71.857	74.518
Impostos sobre o lucro a recuperar	7.2	3.261	10.788
Recuperação de custo de energia e encargos	8	194.633	1.032
Aquisição de combustível - conta CCC	9	156.034	94.346
Estoque		17.036	13.944
Instrumentos financeiros derivativos		-	4.287
Serviços pedidos		81.954	68.941
Depósitos judiciais	18	484	1.395
Outros créditos a receber	12	32.487	26.644
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.368.797</b>	<b>1.095.750</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	6	47.826	34.932
Instrumentos financeiros derivativos		-	232
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	30.932	24.716
Impostos sobre o lucro a recuperar	7.2	32.273	33.207
Depósitos judiciais	18	96.195	130.544
Ativo financeiro da concessão	10	650.052	600.544
Sub-rogação da CCC - Valores Aplicados	11	186.813	185.688
Outros créditos a receber	12	65.127	66.028
Investimento		7.086	7.130
Intangível	13	2.315.124	2.290.965
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.431.428</b>	<b>3.373.986</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.800.225</b>	<b>4.469.736</b>

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	634.376	477.143
Empréstimos e financiamentos	15	107.225	10.683
Folha de Pagamento		22.533	33.721
Impostos e contribuições a recolher	16	227.718	198.217
Instrumentos financeiros derivativos		2.797	-
Taxas regulamentares		667	365
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética	20	58.434	53.735
Indenizações trabalhistas		20	20
Recuperação judicial	21	82.662	85.254
Outras contas a pagar	22	133.436	142.173
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.269.868</b>	<b>1.001.311</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	1.384.985	1.523.627
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	259.074	265.798
Instrumentos financeiros derivativos		5.740	-
Impostos e contribuições a recolher	16	280.400	299.503
Partes relacionadas	19	426.109	416.147
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética	20	61.547	60.090
Recuperação judicial	21	310.144	332.620
Plano de aposentadoria e pensão		25.533	25.533
Adiantamento para futuro aumento de capital		295.000	50.000
Outras contas a pagar	22	118.514	101.030
<b>Total do Passivo não circulante</b>		<b>3.167.046</b>	<b>3.074.348</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	23.1	924.524	924.524
Reservas de Reavaliação	23.2	244.492	252.705
Outros resultados abrangentes		(4.291)	(4.291)
Prejuízos acumulados		(801.414)	(778.861)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>363.311</b>	<b>394.077</b>
<b>Total do passivo e patrimônio Líquido</b>		<b>4.800.225</b>	<b>4.469.736</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2014	31/03/2013
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<u>704.892</u>	<u>530.108</u>
<b>Custos de energia, construção e operação</b>	<b>26</b>	<u>(612.472)</u>	<u>(484.914)</u>
<b>Custo de energia elétrica e construção</b>		<u>(504.867)</u>	<u>(419.550)</u>
Custo de construção		<b>(124.861)</b>	(88.052)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		<b>(19.179)</b>	(20.012)
<i>Energia elétrica comprada para revenda</i>	<b>27</b>	<b>(591.141)</b>	(416.500)
<i>Recuperação de custos de energia - CDE</i>	<b>27</b>	<b>230.314</b>	105.014
<b>Custo de operação</b>		<u>(107.605)</u>	<u>(65.365)</u>
Arrendamentos e alugueis		<b>(2.504)</b>	(540)
Depreciação e amortização		<b>(34.519)</b>	(29.705)
Material		<b>(4.087)</b>	(1.111)
Pessoal		<b>(20.551)</b>	(19.921)
Serviços de terceiros		<b>(36.986)</b>	(17.688)
Subvenção - CCC		<b>(6.880)</b>	4.413
Outros		<b>(2.078)</b>	(813)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<u>92.420</u>	<u>45.194</u>
<b>Despesas e Receitas Operacionais</b>		<u>(88.205)</u>	<u>(94.445)</u>
Amortização		<b>(2.061)</b>	(1.445)
Despesa com pessoal de administradores		<b>(2.104)</b>	(1.114)
Despesas com vendas	<b>26</b>	<b>(33.629)</b>	(22.510)
Despesas administrativas	<b>26</b>	<b>(24.098)</b>	(45.984)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com créditos incobráveis		<b>(22.131)</b>	(21.092)
Provisão para plano de aposentadoria		-	(589)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas		<b>1.672</b>	371
Outras despesas e receitas		<b>(5.854)</b>	(2.082)
<b>Resultado operacional, antes do resultado financeiro, do IR e CS</b>		<u>4.215</u>	<u>(49.251)</u>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>28</b>	<u>(26.038)</u>	<u>(14.130)</u>
Despesas financeiras		<b>(160.030)</b>	(66.023)
Receitas financeiras		<b>133.992</b>	51.893
<b>Resultado operacional</b>		<u>(21.823)</u>	<u>(63.381)</u>
<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>17.2</b>	<u>(21.823)</u>	<u>(63.381)</u>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(8.943)</b>	
Contribuição social		<b>(2.369)</b>	
Imposto de renda		<b>(6.574)</b>	
Diferido		-	6.773
		<u>(8.943)</u>	<u>6.773</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(30.766)</u>	<u>(56.608)</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício básico e diluído por lote de mil ações - R\$</b>	<b>29</b>	<u>(0,01613)</u>	<u>(0,88276)</u>
<b>Quantidade de ações no final do exercício</b>	<b>29</b>	<u>1.907.449</u>	<u>64.126</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Demonstrações de resultados abrangentes  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(30.766)</b>	(56.608)
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	36
Imposto diferido sobre ganhos e perdas com plano de pensão	-	(19)
Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão	-	55
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b><u>(30.766)</u></b>	<b><u>(56.572)</u></b>
<b>Prejuízo líquido do exercício básico e diluído por lote de mil ações - R\$</b>	<b><u>(0,01613)</u></b>	<b><u>(0,88220)</u></b>
<b>Quantidade de ações no final do exercício</b>	<b><u>1.907.449</u></b>	<b><u>64.126</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido antes dos recursos destinados para aumento de capital	Recursos destinados para aumento de capital	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013 (reapresentado)	518.932	284.814	(4.327)	(1.045.966)	(246.547)	350.983	104.436
Prejuízo do período	-	-	-	(56.608)	(56.608)	-	(56.608)
Baixa da reserva de reavaliação	-	(1.841)	-	1.841	-	-	-
Imposto diferido sobre ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	(19)	-	(19)	-	(19)
Realização da reserva de reavaliação	-	(10.060)	-	10.060	-	-	-
Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	55	-	55	-	55
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	54.609	54.609
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação	-	4.046	-	(4.046)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2013	518.932	276.959	(4.291)	(1.094.719)	(303.119)	405.592	102.473
Saldo em 01 de janeiro de 2014	924.524	252.705	(4.291)	(778.861)	394.077	-	394.077
Prejuízo do período	-	-	-	(30.766)	(30.766)	-	(30.766)
Baixa da reserva de reavaliação(Nota 23.3)	-	(2.851)	-	2.851	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 23.3)	-	(9.593)	-	9.593	-	-	-
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação (Nota 23.3)	-	4.231	-	(4.231)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	924.524	244.492	(4.291)	(801.414)	363.311	-	363.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**  
 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de Reais)

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(30.766)</b>	(56.608)
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>		
Ajuste a valor presente de recebíveis	1.006	(9.407)
Ajuste com provisão com plano de pensão e aposentadoria	-	589
Amortização	36.580	47.398
Amortização do custo de transação	3.443	-
Atualização financeira do ativo financeiro	(16.303)	-
Despesas de juros	5.178	20.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(6.773)
Perda na venda de intangível / Imobilizado	7.884	11.442
Perdas cambiais de atividades financeiras	(4.166)	8.053
Perdas cambiais instrumentos financeiros derivativos	4.519	-
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	28.546	21.092
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(6.724)	(371)
Rendimentos de aplicações financeiras	(6.885)	(4.830)
Outros	-	1.298
	<b>22.312</b>	<b>32.749</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>		
Aquisição de combustível por conta CCC	(61.688)	(42.327)
Ativo financeiro de concessão	(33.205)	-
Contas a receber de clientes	(30.234)	103.179
Depósitos judiciais	35.260	(23.218)
Estoques	(3.092)	(18)
Impostos e contribuições a recuperar	(3.555)	(1.461)
Impostos sobre o lucro a recuperar	8.461	(1.219)
Recuperação de custos de energia e encargos	(193.601)	(105.014)
Serviços pedidos e outros	(13.013)	486
Sub-rogação da CCC	-	(1.005)
Outros créditos a receber	(4.940)	(19.448)
	<b>(299.607)</b>	<b>(90.045)</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>		
Fornecedores	157.233	165.527
Impostos e contribuições a recolher	10.398	(74.078)
Indenizações trabalhistas	-	(213)
Instrumentos Financeiros e Derivativos	8.537	4.710
Juros pagos	(3.688)	(1.071)
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	(11.188)	1.631
Partes Relacionadas	9.962	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	6.155	3.753
Taxa de iluminação pública	(7.219)	-
Taxas regulamentares a pagar	303	(8.457)
Outras contas a pagar	15.964	(27.588)
	<b>186.457</b>	<b>64.214</b>
<b>Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais</b>	<b>(90.838)</b>	<b>6.918</b>
<b>Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais</b>		
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisições em fundo de investimento	-	48
Aquisições no ativo intangível	(69.704)	(85.832)
Resgates/Aplicações financeiras	(62.501)	158.676
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<b>(132.205)</b>	<b>72.892</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Acréscimo de obrigações especiais	-	35.511
Amortização de empréstimos e financiamentos	(54.567)	(1.271)
Captação de empréstimos e financiamentos	11.700	9.124
Mútuos com partes relacionadas - líquido	-	(7.562)
Recuperação Judicial	(25.068)	691
Recurso destinado para aumento de capital	245.000	54.609
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	<b>177.065</b>	<b>91.102</b>
<b>Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(45.978)</b>	<b>170.912</b>
<b>Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa</b>		
No início do exercício	109.294	68.850
No final do exercício	63.316	239.762
<b>Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa</b>	<b>(45.978)</b>	<b>170.912</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas		
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	1.672	371
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráv	(30.331)	(21.184)
Provisão plano de aposentadoria e pensão	-	(589)
Receitas refs.à Construção de Ativos Próprios	124.861	-
Vendas de produtos e serviços	831.100	737.835
Outras despesas / receitas não recorrentes	(5.791)	(748)
Outras despesas/receitas operacionais	(17)	(1.334)
	<u>921.494</u>	<u>714.351</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(504.867)	(419.472)
Matéria - prima e insumo para produtos de energia elétrica	(80.833)	(69.224)
Materiais energia serviços de terceiros e outros	(76.341)	-
Subvenções de Combustível - CCC	73.953	-
	<u>(588.088)</u>	<u>(488.696)</u>
Valor adicionado (aplicado) bruto	<u>333.406</u>	<u>225.655</u>
Amortização	<u>(36.580)</u>	<u>(31.150)</u>
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	<u>296.826</u>	<u>194.505</u>
Valor adicionado recebido em transferência	133.992	51.893
Receitas financeiras	133.992	51.893
Valor adicionado total a distribuir	<u>430.818</u>	<u>246.398</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Benefícios	11.143	9.875
FGTS	2.384	2.808
Remuneração direta	16.738	12.287
Outros	7.172	9.847
	<u>37.437</u>	<u>34.817</u>
Tributos		
Federais	91.133	63.461
Estaduais	168.486	137.492
Municipais	2.124	-
	<u>261.743</u>	<u>200.953</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	2.373	1.212
Juros	49.656	66.024
Outras despesas financeiras	110.375	-
	<u>162.404</u>	<u>67.235</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(30.766)	(56.608)
	<u>(30.766)</u>	<u>(56.608)</u>
Valor adicionado	<u>430.818</u>	<u>246.398</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado).

### **1 Informações sobre a Companhia**

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “CELPA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.955 km<sup>2</sup>, atendendo 2.074.251 consumidores em 144 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O Pará concentra em seu território cerca de 34% de toda a extensão da bacia amazônica (mais de um milhão de km<sup>2</sup>) e seu potencial hidrelétrico é avaliado em mais de 61 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

A Companhia é controlada pela Equatorial Energia S.A. (“Equatorial” ou “Controladora”), empresa com sede em São Luís no Estado do Maranhão que tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica.

#### **Recuperação judicial**

O plano de recuperação judicial vigente à Companhia foi consolidado e aprovado no dia 01 de setembro de 2012 na 13ª Vara Cível de Belém e os documentos pertinentes ao processo em questão, estão expostos no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O plano de recuperação judicial vigente à Companhia foi consolidado e aprovado no dia 01 de setembro de 2012 na 13ª Vara Cível de Belém e os documentos pertinentes ao processo em questão, estão expostos no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e o Controlador vêm cumprindo rigorosamente o plano de recuperação judicial, inclusive com o aporte de R\$700 milhões definido no plano já integralmente realizado e, como garantia adicional, temos a robusta condição econômico-financeira do Controlador o que confere a Companhia uma garantia adicional na manutenção de suas atividades.

# Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

## 1 Informações sobre a Companhia -- Continuação.

### Plano de transição

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.913 de 18 de setembro de 2012, deu provimento parcial às solicitações constantes da Proposta de Transição apresentada pela empresa Equatorial Energia S/A, ainda com vistas à aquisição do controle da Companhia, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.731 de 30 de outubro de 2012. A ANEEL, neste sentido, autorizou a Companhia a destinar os recursos das compensações por violação dos limites de qualidade até sua próxima revisão tarifária de 2015, para a realização de investimentos na área de concessão, como parte do Plano de Transição. Há ainda o Despacho nº 3.048 de 02 outubro de 2012, que alterou a trajetória de perdas não técnicas da RTP 2011, e cujo efeito está sendo considerado desde o reajuste anual, que ocorreu em agosto de 2013.

## 2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 11 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028. Segue abaixo as principais características das usinas:

	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
<b>UTE</b> Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	19,60	12,6	28/7/1998	28/7/2028

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **3 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias**

As demonstrações financeiras intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2014 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, descritas na Nota 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2014.

Em relação aos pronunciamentos IAS 1 (R) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, IAS 19 (R) – Benefícios a Empregados, IAS 32 (R) – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros, IFRS 1 (R) – Adoção Inicial das IFRS, IFRS 7 (R) – Instrumentos Financeiros: Divulgação, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada, que foram emitidos (novos pronunciamentos) e/ou revisados pelo IASB anteriormente a 2012 e cujas aplicações passaram a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia adotou os referidos pronunciamentos (quando aplicável) e avaliou que a adoção destes pronunciamentos não impactou em suas informações financeiras intermediárias.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 07 de maio de 2014.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	7.565	29.610
Equivalentes de caixa	55.751	79.684
<b>Total</b>	<b>63.316</b>	<b>109.294</b>

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 99,87% do CDI (99,49% em 31 de dezembro de 2013) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

	31/03/2014	31/12/2013
CDB	9.744	9.526
Debêntures compromissadas	46.007	70.158
<b>Total</b>	<b>55.751</b>	<b>79.684</b>

### 5 Investimento de curto prazo

Modalidade	31/03/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos (a)	186.131	114.547
Outros	13.361	15.559
<b>Total</b>	<b>199.492</b>	<b>130.106</b>

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao percentual entre 90% e 105% (entre 90% e 105% em 31 de dezembro de 2013), classificados como mantidos para negociação.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 6 Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a receber de consumidores faturados	551.434	559.512
Contas a receber de consumidores não faturados	81.963	89.438
Parcelamentos de débitos	215.906	184.991
Parcelamentos de débitos - Ajuste a valor presente	(7.523)	(6.516)
Baixa renda (a)	18.048	24.801
Comercialização no âmbito do CCEE	6.388	6.388
Outras	53.097	31.471
Total	<u>919.313</u>	<u>890.085</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(323.244)	(294.698)
<b>Total de conta a receber de clientes</b>	<u>596.069</u>	<u>595.387</u>
<b>Total circulante</b>	<u>548.243</u>	<u>560.455</u>
<b>Total não circulante</b>	<u>47.826</u>	<u>34.932</u>

#### (a) Baixa Renda

Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A Companhia apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Em 2010 os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.



## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 6 Contas a receber de clientes -- Continuação.

#### *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

Fornecimento faturado	31/12/2013	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/03/2014
Contas a receber de consumidores faturados	245.386	34.595	(10.057)	269.924
Parcelamento	49.312	4.360	(352)	53.320
Circulante	294.698	38.955	(10.409)	323.244
Não circulante	-	-	-	-
Total	294.698	38.955	(10.409)	323.244

Fornecimento faturado	31/12/2012	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	333.300	86.636	(174.550)	245.386
Parcelamento	80.715	10.892	(42.295)	49.312
Circulante	414.015	97.528	(216.845)	294.698
Não circulante	-	-	-	-
Total	414.015	97.528	(216.845)	294.698

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

#### **Clientes com débitos relevantes**

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 6 Contas a receber de clientes --Continuação.

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Dos 10.000 maiores devedores da CELPA, que possuem pelo menos uma fatura classificada como PDD, consideram-se os valores de parcelas que encontra-se na situação de lançamento futuro.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

	31/03/2014			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	81.576	77.757	160.809	320.142
Industrial	37.973	13.232	40.968	92.173
Comercial	40.995	22.281	26.367	89.643
Rural	3.005	5.705	13.568	22.278
Poder público	3.015	12.016	2.062	17.093
Iluminação pública	615	2.327	509	3.451
Serviço público	483	3.454	2.717	6.654
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>167.662</b>	<b>136.772</b>	<b>247.000</b>	<b>551.434</b>

	31/12/2013			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	72.569	73.698	159.249	305.516
Industrial	44.997	9.580	38.871	93.448
Comercial	50.469	23.754	24.885	99.108
Rural	3.456	5.836	12.791	22.083
Poder público	4.700	14.167	3.926	22.793
Iluminação pública	928	1.508	405	2.841
Serviço público	820	10.269	2.634	13.723
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>177.939</b>	<b>138.812</b>	<b>242.761</b>	<b>559.512</b>

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 7 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

#### 7.1 Impostos e contribuições a recuperar

<b>Circulante</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
ICMS (a)	<b>29.604</b>	29.198
COFINS (b)	<b>945</b>	1.047
PIS a recuperar (b)	<b>205</b>	227
INSS (c)	<b>684</b>	692
PAEX a recuperar (d)	<b>40.419</b>	39.158
IRRF (e)	-	4.196
<b>Total</b>	<b>71.857</b>	74.518

<b>Não circulante</b>		
ICMS (a)	<b>28.812</b>	22.556
FINSOCIAL (f)	<b>2.120</b>	2.160
<b>Total</b>	<b>30.932</b>	24.716

- (a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado em até 48 meses.
- (b) Refere-se a crédito tributário originário de pagamento a maior de PIS e COFINS, referente a dezembro de 2013, compensado em abril de 2014.
- (c) O saldo atual é originário de antecipações de benefícios (auxílio doença e salário maternidade, acidente de trabalho entre outras) aos colaboradores e restituídos mensalmente da folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo contemplava valores pagos a maior de INSS (código 2100), já totalmente compensado no exercício de 2013.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 7 Impostos a recuperar -- Continuação.

#### 7.1 Impostos e contribuições a recuperar – Continuação

- (d) Processo Administrativo nº 10280.0005233/2007-38, cuja finalidade é a restituição de débitos consolidados indevidamente e em duplicidade pela RFB no PAEX, reconhecido através do despacho decisório DRF/BEL/SECAT n.º 124/2010.
- (e) Valor a restituir de pagamento a maior de IRRF (código 0588), originário da competência setembro de 2013. A sua utilização ocorreu em janeiro de 2014 contra débitos de PIS e COFINS de mesma competência;
- (f) Processo Administrativo nº 10280.013060/99-14 referente ao Pedido de Restituição de FINSOCIAL recolhido com alíquota superior a 0,5% no período de novembro/1989 a março/1993 conforme Leis nº 7.787/1989, 7.894/1989 e 8.147/1990. Valor reconhecido parcialmente conforme Comunicado 1486/2009 da RFB. A Companhia interpôs recurso voluntário que aguarda distribuição no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, onde pleiteia a totalidade do crédito fiscal.

#### 7.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRRF sobre aplicação financeira	1.838	6.549
IRPJ/CSLL a Restituir (g)	1.423	4.239
<b>Circulante</b>	<b>3.261</b>	<b>10.788</b>
IRPJ/CSLL a Restituir (g)	32.273	33.207
<b>Não Circulante</b>	<b>32.273</b>	<b>33.207</b>

- (g) Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social apurado no ano Calendário de 2004, decorrente de estimativas pagas à maior e parceladas que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB. Além dos Valores Retidos na Fonte de Órgão Públicos de IRRF e CSLL.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **8 Recuperação de custos de energia e encargos**

Desde o último trimestre de 2012 houve elevação dos custos na compra de energia no mercado de curto prazo, assim como energia produzida por geradores térmicos, ocasionada por diversos fatores, tais como: (i) condições hidrológicas; (ii) redução da oferta decorrente de algumas usinas que não renovaram suas concessões nos moldes da Lei 12.783/13; (iii) pelo elevado custo da energia térmica por conta do nível de despacho utilizado atualmente pelas usinas; e (iv) ao atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração.

A Lei 12.783/2013 disciplinou o uso dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que inclui a neutralização da exposição de distribuição no mercado de curto prazo e a cobertura do custo adicional dos despachos de usinas térmicas acionadas em razão de segurança energética, assim como criou novas fontes para o seu custeio, inclusive prevendo a possibilidade que sejam feitas operações de crédito para suprir fundos à CDE. Dessa forma, a Companhia entende que o direito legal dessa compensação de custos e receber caixa já existia em 31 de março de 2014, tendo em vista que, anteriormente, já existiam diversos normativos e evidências dentre as quais a Lei 10.438/02, Lei 12.783/13, Decreto 7.891/13, Decreto 7.945/13, e comunicados emitidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério das Minas e Energia, que suportavam o direito da Companhia em receber em caixa e no curto prazo tais valores de forma desvinculada de reajustes tarifários futuros.

Adicionalmente, em 2/4/2014 foi publicado o Decreto 8221/2014, instituindo a criação da, denominada, “CONTA-ACR”, e normatizando o que se previa em normas anteriores que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedesse à contratação de empréstimos junto a bancos, para obter os fundos necessários para viabilizar os pagamento às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16/4/2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612 e em 22/4/2014 a mesma emitiu o Despacho 1.256, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR, e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro/2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, a serem repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. A CCEE liquidará esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas serão estabelecidas, futuramente, pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta para esse contrato.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **8 Recuperação de custos de energia e encargos -- Continuação.**

A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, ocorreu no mesmo trimestre, findo em 31 de março de 2014, em que os custos também foram incorridos e totalizou R\$230.314 no trimestre findo em 31 de março de 2014, composto por: (i) R\$ 36.482 relativos ao mês de janeiro de 2014, recebido diretamente dos fundos da CDE em 11 de março de 2014, (ii) R\$ 91.537 relativos ao mês de fevereiro de 2014, recebidos através da CONTA-ACR, em 29 de abril de 2014, e (iii) pelo valor estimado pela Companhia de R\$ 102.295 relativos ao mês de março de 2014 e que se espera seja recebido durante o mês de maio de 2014.

### **9 Aquisição de combustível - conta CCC**

A Companhia detém em 31 de março de 2014 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível - “CCC” no montante de R\$ 156.034 (R\$ 94.346 em 31 de dezembro de 2013).

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na Região Norte do país o objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 10 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31/03/2014			31/12/2013		
	Custo	(-) Obrigações Concessão Vinculadas à	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Concessão Vinculadas à	Valor líquido
Em serviço	<b>970.673</b>	<b>(320.621)</b>	<b>650.052</b>	906.438	(305.894)	600.544

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2013	VNR (a)	Capitalização	Baixas	31/03/2014
Ativo financeiro	906.438	<b>22.611</b>	<b>41.844</b>	<b>(220)</b>	<b>970.673</b>
Obrigações especiais (b)	(305.894)	<b>(6.308)</b>	<b>(8.419)</b>	-	<b>(320.621)</b>
<b>Ativo financeiro</b>	600.544	<b>16.303</b>	<b>33.425</b>	<b>(220)</b>	<b>650.052</b>

	31/12/2012	Reclassificação (a)	VNR (a)	Capitalização	Baixas	31/03/2013
Ativo financeiro	674.127	(22)	5.746	56.065	(2.595)	733.321
Obrigações especiais (b)	(245.886)	-	(2.170)	(25.289)	-	(273.345)
Ativo financeiro	428.241	(22)	3.576	30.776	(2.595)	459.977

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **10 Ativo financeiro da concessão -- Continuação.**

#### **(a) Valor novo de reposição**

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

#### **(b) Obrigações Especiais**

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

### **11 Sub - rogação da CCC**

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente à implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 465.198, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em 2 fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 280.538.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.



## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 11 Sub - rogação da CCC --Continuação.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 31 de março de 2014, relativos à 1a fase, o valor de R\$ 186.813 (R\$ 185.688 em 31 de dezembro de 2013).

#### 11.1 Sub - rogação – CCC - rateio benefício

	31/12/2013	Transferências para obras	31/03/2014
Valores Aplicados	185.688	<b>1.125</b>	<b>186.813</b>
Valores a aplicar	279.510	<b>(1.125)</b>	<b>278.385</b>
Total	465.198	-	<b>465.198</b>

# Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

## 11 Sub - rogação da CCC -- Continuação.

A CELPA tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor Aplicado	Valor Sub-rogado	Valor a receber
LT Tucuruí/Cametá	Em curso	9.589	9.598	9.589
LT Parada do Bento/Portel	Concluída	56.287	57.165	56.287
LT Portel/Breves	Concluída	48.461	32.913	32.913
LT Portel/Bagre	Concluída	15.487	8.067	8.067
LT Breves/Melgaço	Concluída	11.909	3.796	3.796
LT Breves/Curralinho	Concluída	22.121	10.440	10.440
SE Tucuruí - Vila	Concluída	7.163	6.873	6.873
SE Tucuruí - Vila	Em curso	118	-	-
SE Cametá	Concluída	8.077	9.000	8.077
SE Cametá	Em curso	115	-	115
SE Portel	Concluída	10.915	15.525	10.915
SE Portel	Em curso	459	-	459
SE Breves	Concluída	17.382	13.876	13.876
SE Bagre	Concluída	2.922	1.998	1.998
SE Melgaço	Concluída	2.667	1.998	1.998
SE Curralinho	Concluída	2.694	1.998	1.998
SE Parada do Bento	Concluída	10.064	11.413	10.064
SE Parada do Bento	Em curso	227	-	227
<b>Subtotal - 1ª fase</b>		<b>226.657</b>	<b>184.660</b>	<b>177.692</b>
LT Cachoeira do Arari/Anajás	Em curso	-	12.601	-
LT Ponta de Pedras/Cachoeira do Arari	Em curso	94	31.332	94
LT Cachoeira do Arari/Salvaterra	Em curso	94	15.340	94
LT Salvaterra / Soure	Em curso	130	2.098	130
LT Ponta de Pedras/TAP Muaná	Em curso	-	10.887	-
LT Tap Muaná/TAP S.S. da Boa Vista	Em curso	-	12.371	-
LT Chaves/Afuá	Em curso	-	5.060	-
LT Cachoeira do Arari/Santa Cruz do Arari	Em curso	122	15.340	122
LT Vila do Conde/Ponta de Pedras (aérea)	Em curso	-	3.390	-
Travessia subfluvia Baía do Marajó - Vila do Conde/Ponta de Pedras	Em curso	7.877	41.530	7.877
LT Cachoeira do Arari/Chaves	Em curso	-	29.691	-
LT Tap Muaná/Muaná	Em curso	-	2.474	-
LT Tap S.S. da Boa Vista/Breves	Em curso	37	8.660	37
LT TAP S.S. da Boa Vista/S. S. da Boa Vista	Em curso	-	21.278	-
SE Anajás	Em curso	-	2.448	-
SE Afuá	Em curso	-	2.648	-
SE Chaves	Em curso	-	2.494	-
SE Cachoeira do Arari	Em curso	-	12.820	-
SE Santa Cruz do Arari	Em curso	-	2.644	-
SE Salvaterra	Em curso	-	11.656	-
SE Soure	Em curso	-	6.526	-
SE Ponta de Pedras	Em curso	237	12.970	237
SE Muaná	Em curso	-	6.141	-
SE São Sebastião da Boa Vista	Em curso	-	6.107	-
SE Vila do Conde	Em curso	586	530	530
SE Breves	Em curso	-	1.502	-
<b>Subtotal - 2ª fase</b>		<b>9.177</b>	<b>280.538</b>	<b>9.121</b>
<b>Total</b>		<b>235.834</b>	<b>465.198</b>	<b>186.813</b>

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 12 Outros créditos a receber

	31/03/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos a fornecedores	8.712	-	9.465	-
Alienação de bens e direitos	3.748	-	2.657	-
Caução em garantia	-	30.092	-	30.995
Créditos em conta de energia elétrica	2.974	-	2.968	-
Despesas pagas antecipadamente	4.438	-	3.781	-
Valores a liberar (a)	-	35.026	-	35.026
Valores a recuperar de empregados	765	-	900	-
Outros créditos a receber	11.850	9	6.873	7
<b>Total</b>	<b>32.487</b>	<b>65.127</b>	<b>26.644</b>	<b>66.028</b>

(a) Refere-se ao saldo de bloqueios decorrentes de demandas de credores financeiros sobre recebíveis e demais garantias referentes aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial, destacando-se: Banco Daycoval (R\$16.287) e Banco Panamericano (R\$12.760).

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 13 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

31/03/2014					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,19%	4.000.320	(1.590.261)	(862.459)	1.547.600
Em curso		1.031.257	-	(263.733)	767.524
<b>Total</b>		<b>5.031.577</b>	<b>(1.590.261)</b>	<b>(1.126.192)</b>	<b>2.315.124</b>

31/12/2013					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,23%	3.915.948	(1.546.337)	(847.490)	1.522.121
Em curso		1.041.429	-	(272.585)	768.844
<b>Total</b>		<b>4.957.377</b>	<b>(1.546.337)</b>	<b>(1.120.075)</b>	<b>2.290.965</b>

Em decorrência do processo de recuperação judicial não houve capitalização de juros nos exercícios de 2013 e no primeiro trimestre de 2014.

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 13 Intangível -- Continuação

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2013	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/03/2014
Em Serviço	3.915.948	-	(16.271)	100.643	4.000.320
(-) Amortização	(1.546.337)	(51.327)	7.403	-	(1.590.261)
<b>Total em serviço</b>	<b>2.369.611</b>	<b>(51.327)</b>	<b>(8.868)</b>	<b>100.643</b>	<b>2.410.059</b>
Em curso	1.041.429	132.315	-	(142.487)	1.031.257
<b>Total</b>	<b>3.411.040</b>	<b>80.988</b>	<b>(8.868)</b>	<b>(41.844)</b>	<b>3.441.316</b>
Obrigações especiais (b)	(1.346.459)	(30.311)	984	8.419	(1.367.367)
(-) Amortização	226.384	14.791	-	-	241.175
<b>Total em obrigações especiais</b>	<b>(1.120.075)</b>	<b>(15.520)</b>	<b>984</b>	<b>8.419</b>	<b>(1.126.192)</b>
<b>Total</b>	<b>2.290.965</b>	<b>65.468</b>	<b>(7.884)</b>	<b>(33.425)</b>	<b>2.315.124</b>

	31/12/2012	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2013
Em Serviço	3.743.651	-	(104.380)	276.677	3.915.948
(-) Amortização	(1.398.821)	(195.399)	47.883	-	(1.546.337)
<b>Total em serviço</b>	<b>2.344.830</b>	<b>(195.399)</b>	<b>(56.497)</b>	<b>276.677</b>	<b>2.369.611</b>
Em curso	1.099.235	420.604	-	(478.410)	1.041.429
<b>Total</b>	<b>3.444.065</b>	<b>225.205</b>	<b>(56.497)</b>	<b>(201.733)</b>	<b>3.411.040</b>
Obrigações especiais (b)	(1.236.153)	(163.130)	8.099	44.725	(1.346.459)
(-) Amortização	170.406	55.978	-	-	226.384
<b>Total em obrigações especiais</b>	<b>(1.065.747)</b>	<b>(107.152)</b>	<b>8.099</b>	<b>44.725</b>	<b>(1.120.075)</b>
<b>Total</b>	<b>2.378.318</b>	<b>118.053</b>	<b>(48.398)</b>	<b>(157.008)</b>	<b>2.290.965</b>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2028, conforme ICPC01.

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.
- (b) Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 13 Intangível --Continuação.

#### Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Obras em andamento	869.712	884.947
Materiais em depósito	96.483	88.206
Adiantamento a fornecedores	65.062	68.276
Total	<u>1.031.257</u>	<u>1.041.429</u>

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$ 31.092 (R\$24.148 em 31 de dezembro de 2013), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

### 14 Fornecedores

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aquisição de combustível	<b>156.034</b>	94.346
Encargos de uso da rede elétrica	<b>3.085</b>	2.999
Materiais e serviços	<b>136.062</b>	140.752
Retenção Contratual de Fornecedores	<b>3.355</b>	-
Suprimento de energia elétrica	<b>335.840</b>	239.046
Total	<u><b>634.376</b></u>	<u>477.143</u>

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 15 Empréstimos e financiamentos

	31/03/2014			
	Custo Médio Da dívida (%a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não Circulante Principal e encargos	Total
<b>Moeda Nacional:</b>				
Eletrobrás	6,89%	8.055	65.290	73.345
FINAME	9,45%	782	819	1.601
Leasings	11,81%	64	7	71
GIRO IBM	8,87%	3.578	7.800	11.378
Crédito RJ (a)	6,32%	-	848.249	848.249
Subtotal	<b>6,41%</b>	<b>12.479</b>	<b>922.165</b>	<b>934.644</b>
(-) Custo de transação	-	(438)	(47)	(485)
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>6,41%</b>	<b>12.041</b>	<b>922.118</b>	<b>934.159</b>
<b>Moeda Estrangeira:</b>				
Crédito RJ (a)	5,28%	-	146.534	146.534
Tesouro Nacional	4,45%	3.749	41.350	45.099
CCBI ITAÚ (b)	2,64%	49.601	147.082	196.683
CCBI CITIBANK (b)	2,65%	43.491	129.844	173.335
Subtotal	<b>3,48%</b>	<b>96.841</b>	<b>464.810</b>	<b>561.651</b>
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(1.943)	(3.600)
<b>Total Moeda Estrangeira</b>	<b>3,50%</b>	<b>95.184</b>	<b>462.867</b>	<b>558.051</b>
<b>Total geral</b>	<b>5,32%</b>	<b>107.225</b>	<b>1.384.985</b>	<b>1.492.210</b>

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 15 Empréstimos e financiamentos -- Continuação

	31/12/2013			Total
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos	
Moeda Nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.055	67.304	75.359
FINAME	9,55%	784	1.010	1.794
Leasings	11,11%	224	21	245
Crédito RJ (a)	6,05%	-	885.392	885.392
Subtotal	6,12%	9.063	953.727	962.790
(-) Custo de transação	-	(995)	(721)	(1.716)
Total Moeda Nacional	6,13%	8.068	953.006	961.074
Moeda Estrangeira:				-
Crédito RJ (a)	5,28%	-	149.750	149.750
Tesouro Nacional	6,03%	3.348	42.806	46.154
CCBI ITAÚ	2,64%	535	203.007	203.542
CCBI CITIBANK	5,23%	389	179.215	179.604
Subtotal	4,39%	4.272	574.778	579.050
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(4.157)	(5.814)
Total Moeda Estrangeira	4,44%	2.615	570.621	573.236
				-
Total geral	5,50%	10.683	1.523.627	1.534.310

Em 31 de março de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.492.210 (R\$ 1.534.310 em 31 de dezembro de 2013), referente a Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$ 107.225 de curto prazo e R\$ 1.384.985 de longo prazo (R\$ 10.683 de curto prazo e R\$ 1.523.627 de longo prazo em 31 de dezembro de 2013) a um custo médio de 5,32% a.a., equivalente a 59,97% do CDI (5,50% a.a., equivalente a 68,19% do CDI, em 31 de dezembro de 2013).



## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 15 Empréstimos e financiamentos -- Continuação

- (a) Crédito RJ se refere aos créditos dos credores financeiros do Plano de Recuperação Judicial da CELPA, cujas taxas e prazos foram repactuados em conformidade com o estabelecido no Plano. Com isso, houve reestruturação dos credores por tipo de crédito de forma a conceder maior fôlego financeiro a Companhia, o que culminou com o alongamento da dívida significativamente, dilatado e reduzida, a correção.
- (b) Estas operações possuem swap de cambio e taxa de juros associados para anular os efeitos de exposição ao dólar e libor, hedge das operações.

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	107.225	7,2%	10.683	0,7%
2015	286.028	19,2%	391.037	25,5%
2016	11.669	0,8%	8.327	0,5%
2017	10.005	0,7%	8.055	0,5%
Após 2017	1.079.273	72,2%	1.121.086	73,1%
<b>Total</b>	<b>1.386.975</b>	<b>92,9 %</b>	<b>1.528.505</b>	<b>99,6%</b>
<b>Custo de captação (Não circulante)</b>	<b>(1.990)</b>	<b>(0,1%)</b>	<b>(4.878)</b>	<b>(0,3%)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.384.985</b>	<b>92,8%</b>	<b>1.523.627</b>	<b>99,3%</b>
<b>Total</b>	<b>1.492.210</b>	<b>100%</b>	<b>1.534.310</b>	<b>100%</b>

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 15 Empréstimos e financiamentos --Continuação

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>8.068</b>	<b>953.006</b>	<b>2.615</b>	<b>570.621</b>	<b>1.534.310</b>
Ingressos	-	11.700	-	-	11.700
Encargos	1.567	497	3.114	-	5.178
Varição monetária e cambial	5	14.661	(3.370)	(15.462)	(4.166)
Transferências de principal	46.213	(46.213)	95.180	(95.180)	-
Pagamentos e baixas de principal	(43.034)	(11.533)	-	-	(54.567)
Pagamentos e baixas de juros	(1.333)	-	(2.355)	-	(3.688)
Transferências de Transação	(2.888)	-	-	2.888	-
Apropriação de custo de transação	3.443	-	-	-	3.443
<b>Saldo em 31/03/2014</b>	<b>12.041</b>	<b>922.118</b>	<b>95.184</b>	<b>462.867</b>	<b>1.492.210</b>

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31/12/2012	307.476	932.602	92.546	560.360	1.892.984
Ingressos	50.000	9.124	-	375.000	434.124
Encargos	32.732	3.257	7.866	-	43.855
Varição monetária e cambial	2	48.017	1.805	39.142	88.966
Transferências	13.468	(13.468)	(316)	316	-
Pagamentos de baixas de principal	(360.695)	(26.526)	(1.911)	-	(389.132)
Transferência partes relacionadas (a)	-	-	(95.538)	(433.740)	(529.278)
Pagamentos de baixas de juros	(34.915)	-	(1.837)	-	(36.752)
Atualização	-	-	-	29.543	29.543
Saldo em 31/12/2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310

(a) Refere-se à transferência da dívida dos Bond holders cedidas da Companhia à Equatorial Energia decorrente de operações entre partes relacionadas (vide nota 19).

#### **Acompanhamento dos covenants dos empréstimos e financiamentos**

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA em 01 de setembro de 2012, foi estabelecida a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 16 Impostos e contribuições a recolher

<b>Circulante</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
ICMS (a)	53.501	57.222
ICMS Parcelamento (b)	37.058	40.097
REFIS/PAES (c)	13.557	13.323
PIS/COFINS	18.176	13.238
Encargos sociais e outros	6.452	6.691
PIS Parcelamento	11.454	11.363
COFINS Parcelamento	52.528	52.290
INSS Parcelamento	1.205	1.180
IRPJ	6.574	-
Contribuição Social sobre lucro	2.369	-
Outros	6.446	2.813
<b>Total</b>	<b>227.718</b>	<b>198.217</b>
<b>Não circulante</b>		
ICMS Parcelamento (b)	74.670	79.893
REFIS/PAES (c)	98.158	99.800
PIS Parcelamento	18.506	20.685
COFINS Parcelamento	86.078	95.902
INSS Parcelamento	2.813	3.048
Outros	175	175
<b>Total</b>	<b>280.400</b>	<b>299.503</b>

- (a) Valor a recolher do ICMS corrente, referente ao período de apuração de março de 2014, com vencimento em 10 de abril de 2014.
- (b) Parcelamentos concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) originário de débitos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, o qual será pago em parcelas mensais corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC acrescido de 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado 30 de outubro de 2017.
- (c) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30 de novembro de 2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em função da adesão da Companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. As parcelas relativas ao principal dos parcelamentos têm os seguintes vencimentos:

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Parcelas					
		2014	2015	2016	2017	2018	2019 A 2024
Parcelamentos	284.768	59.427	78.612	53.712	32.140	13.557	47.320

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

#### 17.1 Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	178.026	166.096
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(124.460)	(128.691)
Provisão para realização	(53.566)	(37.405)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo não circulante	-	-
Passivo não circulante	-	-

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 31 de dezembro de 2013, por não atender as condições previstas no CPC 32 e na deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 261.212 e R\$ 100.510, respectivamente, não possuem prazo de prescrição.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 17 Imposto de renda e contribuição social diferidos --Continuação

#### 17.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 31 de março de 2014 e 2013, é demonstrada como segue:

	31/03/2014		31/03/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Prejuízo contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)</b>	<b>(21.823)</b>	<b>(21.823)</b>	(63.381)	(63.381)
Alíquota fiscal	<b>25%</b>	<b>9%</b>	25%	9%
Pela alíquota fiscal	-	-	-	-
<b>Adições:</b>				
Provisão para contingências	<b>64.768</b>	<b>23.317</b>	56.755	20.432
Provisão para crédito de liquidação Duvidosa	<b>7.200</b>	<b>2.592</b>	112.638	40.550
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética P&D	-	-	-	-
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	<b>9.637</b>	<b>3.469</b>	1.540	554
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	<b>3.111</b>	<b>1.120</b>	-	-
Provisão Fundo de pensão	<b>6.383</b>	<b>2.298</b>	147	53
Doações	-	-	-	-
Outras despesas não dedutíveis	<b>6.253</b>	<b>2.251</b>	373	134
	<b>97.352</b>	<b>35.047</b>	171.453	61.723
<b>Exclusões:</b>				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos Regulatório	<b>(72.895)</b>	<b>(26.242)</b>	(163.935)	(59.017)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	<b>(12.158)</b>	<b>(4.377)</b>	(2.352)	(847)
Outras	<b>(269)</b>	<b>(95)</b>	(185)	(67)
	<b>(85.322)</b>	<b>(30.714)</b>	(166.472)	(59.931)
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>6.574</b>	<b>2.369</b>	4.981	1.792
<b>Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)</b>	<b>-30,12%</b>	<b>-10,85%</b>	0%	0%
Ativo Fiscal Diferido	-	-	4.981	1.792
(+) IRPJ Subvenção Governamental	-	-	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>6.574</b>	<b>2.369</b>	4.981	1.792
<b>Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido</b>	<b>-30,12%</b>	<b>-10,85%</b>	(7,63%)	(2,74%)

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 18 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas.

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis (a)	59.521	(72.800)	(13.279)	59.726	(110.769)	(51.043)
Fiscais	80	(7)	73	80	(7)	73
Regulatórias	122.336	-	122.336	127.389	-	127.389
Trabalhistas	77.137	(23.872)	53.265	78.603	(21.163)	57.440
	<u>259.074</u>	<u>(96.679)</u>	<u>162.395</u>	<u>265.798</u>	<u>(131.939)</u>	<u>133.859</u>
<b>Circulante</b>	-	(484)	(484)	-	(1.395)	(1.395)
<b>Não circulante</b>	259.074	(96.195)	162.879	265.798	(130.544)	135.254
<b>Total</b>	<u>259.074</u>	<u>(96.679)</u>	<u>162.395</u>	<u>265.798</u>	<u>(131.939)</u>	<u>133.859</u>

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 66.924 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Estes créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 18 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação.

#### Movimentação dos processos no período

	31/12/2013	31/03/2014		
	Saldo Inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo Final
Cíveis	59.726	2.494	(2.699)	59.521
Fiscais	80	-	-	80
Regulatórias (i)	127.389	794	(5.847)	122.336
Trabalhistas	78.603	1.489	(2.955)	77.137
Total	265.798	4.777	(11.501)	259.074

	31/12/2012	31/12/2013		
	Saldo Inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo Final
Cíveis	59.768	6.443	(6.485)	59.726
Fiscais	80	-	-	80
Regulatórias (i)	85.234	43.645	(1.490)	127.389
Trabalhistas	82.307	24.133	(27.837)	78.603
Total	227.389	74.221	(35.812)	265.798

(i) Referem-se a processos provisionados relacionados a multas da Aneel que serão convertidos em obrigação especial através de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta).

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **18 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação.**

#### **Cíveis**

A Companhia figura como parte ré em 5.682 processos cíveis, sendo que 4.050 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando falha no fornecimento, acidentes com a rede de distribuição, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2014 contemplam provisão de R\$ 59.521 (R\$ 59.726 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 511.573 (R\$ 511.387 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são: Taxa de iluminação pública, nos quais os consumidores questionam a constitucionalidade da cobrança da antiga taxa; Falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

#### **Fiscais**

A Companhia figura como parte ré em 101 processos fiscais os quais versam sobre repasse de PIS e COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

As demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2014 contemplam provisão de R\$ 80 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 17.106 (R\$ 17.107 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço.



## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **18 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação.**

#### **Regulatórias**

Por se tratar de um monopólio natural e ser considerada como serviço essencial, a distribuição de energia elétrica possui uma rígida regulamentação e fiscalização, ambas realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O processo de fiscalização tem por objetivo educar e orientar os agentes de distribuição, transmissão e geração, quanto à qualidade do serviço prestado ao consumidor e o atendimento de suas obrigações contratuais e regulamentares. A ANEEL pode realizar as fiscalizações através das suas superintendências, ou delegar para as agências conveniadas. No caso da CELPA, a agência conveniada que presta serviço de fiscalização e ouvidoria para a ANEEL é a ARCON-PA.

O processo de fiscalização que resultar em multa aplicada, ainda tramita por decisão da superintendência de fiscalização, procuradoria da ANEEL e é avaliado por um dos diretores da agência, até seu julgamento final em reunião da diretoria, onde o processo será julgado por todos os diretores. Em todas as etapas a Companhia possui a oportunidade de expor seus argumentos diante das não conformidades apontadas e obter redução ou até mesmo o cancelamento das multas aplicadas.

Atualmente, a Companhia possui 21 processos de infração em tramitação na ANEEL que totalizam R\$ 68,6 milhões. Desses, R\$ 40 milhões devem ser convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

#### **Trabalhistas**

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 1.289 reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam 2 (duas) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 12 (dez) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados, quais sejam:

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **18 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação.**

#### **Trabalhistas--Continuação**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará, Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará, Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará, as quais envolvem valores relevantes e versam sobre os seguintes temas: (i) duração do trabalho (excesso de jornada, concessão de intervalos; (ii) condições de medicina e meio-ambiente do trabalho; (iii) pagamento de adicional de periculosidade; (iv) dano moral decorrente de acidente de trabalho; (v) implementação das promoções, devidas em decorrência de Plano de Classificação de Cargos e Salários; (vi) diferença salarial em razão da isonomia constitucional; (vii) diferenças de periculosidade e do adicional para dirigir; (viii) vales alimentação e natalício; e (ix) demais vantagens e benefícios previstos no atual Acordo Coletivo de Trabalho da Empresa.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Os processos estão provisionados em R\$ 35.315 e R\$ 4.908.

As demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2014 contemplam provisão de R\$ 77.137 (R\$ 78.603 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 30.686 (R\$ 23.785 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a Celpa apenas subsidiariamente nesses pleitos.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **18 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas -- Continuação.**

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 19 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/03/2014		31/12/2013	
			Passivo	Receita / Despesa	Passivo	Receita / Despesa
Equatorial Energia (Controladora)	(a)	Cessão de Créditos	426.109	(9.962)	416.147	(17.390)
		Derivativos	-	-	-	(3.571)
			<b>426.109</b>		<b>416.147</b>	
Circulante			-		-	
Não Circulante			<b>426.109</b>		<b>416.147</b>	

- (a) Os valores com a Equatorial Energia S/A são provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA. A Companhia pactuou com a Equatorial Energia em 14 de dezembro de 2012, operação de SWAP para proteção cambial referente aos Bond Holders cedidos à Equatorial no Plano de Recuperação Judicial, que foi baixado no vencimento, que ocorreu em 28 de maio de 2013.

#### **Remuneração de pessoal-chave da Administração**

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$8.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2014.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de março de 2014:

#### **Conselho de Administração**

Remuneração fixa: 100%

#### **Diretoria**

Remuneração fixa: 49%

Remuneração variável: 51%

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 19 Partes relacionadas -- Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

31/03/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
<b>Números de membros</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>17</b>
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>273</b>	<b>1.118</b>	<b>1.391</b>
Salário ou Pró-labore	227	698	925
Benefícios diretos e indiretos	46	420	466
<b>Valor total da remuneração por órgão</b>	<b>273</b>	<b>1.118</b>	<b>1.391</b>

#### Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A, como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO CONTRATO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/03/2014
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	146.534
Ministério da Fazenda - PGNF (Termo de Parcelamento de Débitos - 19/12/2012)	131.900	100	19/11/2012	19/10/2017	131.900	102.166
Austral Seguradora (Garantia Judicial 2008.34.00.039764-6, AI ANEEL nº 004/2007)	16.065	100	29/01/2013	29/01/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 48500.007395/2007-41)	59	100	19/03/2013	19/09/2014	NA	NA
Fairfax Brasil Seguros (Seguro Judicial nº. 12901-34-2011-4-01-3400)	4.075	100	13/06/2013	13/06/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 48500.002921/2013-25)	505	100	19/08/2013	01/04/2014	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário Prysmian)	4.560	100	02/09/2013	20/05/2014	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário Prysmian)	1.800	100	02/09/2013	23/06/214	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário Lig Global)	2.640	100	02/09/2013	23/06/214	NA	NA
Banco Itaú (Capital de Giro CCBI)	200.000	100	25/11/2013	25/11/2015	200.000	196.683
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI)	175.000	100	25/11/2013	25/11/2015	175.000	173.335
Austral Seguradora (Garantia de Leilão nº. 10/2013 A-5)	382	100	04/12/2013	02/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Terra industrial)	1.825	100	13/12/2013	13/12/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Município de Marabá )	486	100	01/01/2014	01/01/2016	NA	NA
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	11.378
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Banco Guanabara S/A)	9.128	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PETROS)	36.808	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
<b>Total</b>	<b>718.028</b>				<b>639.695</b>	<b>630.096</b>

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 20 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.

	31/03/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	727	-	801	-
Ministério de Minas e Energia - MME	360	-	194	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17.621	21.088	16.335	20.589
Programa de Eficiência Energética - PEE	39.726	40.459	36.405	39.501
<b>Total</b>	<b>58.434</b>	<b>61.547</b>	53.735	60.090

### 21 Recuperação judicial

	31/03/2014	31/12/2013
Credores Operacionais	332.786	352.750
Encargos Setoriais (a)	86.028	89.513
Intragrupos (b)	62.784	61.896
( - ) Ajuste a valor presente	(88.792)	(86.285)
<b>Total</b>	<b>392.806</b>	<b>417.874</b>
Circulante	82.662	85.254
Não circulante	310.144	332.620

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 22 Outras contas a pagar

	31/03/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamento de consumidores (a)	<b>32.145</b>	-	31.903	-
ANEEL - Autos de Infração	<b>5.451</b>	<b>13.173</b>	5.334	14.225
Convênios de arrecadação	<b>2.212</b>	-	2.206	-
Créditos tributários - CCC	-	<b>102.244</b>	-	83.708
Encargos tarifários	<b>1.231</b>	-	1.229	-
Entidades seguradoras	<b>202</b>	-	202	-
Multas regulatórias (b)	<b>43.944</b>	-	43.944	-
Taxa de iluminação pública	<b>2.127</b>	-	9.346	-
Outras contas a pagar (c)	<b>46.124</b>	<b>3.097</b>	48.009	3.097
Total	<b>133.436</b>	<b>118.514</b>	142.173	101.030

- (a) Refere-se a adiantamento recebido com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **22 Outras contas a pagar -- Continuação**

- (b) Refere-se ao passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Cabe destacar que no plano de transição aprovado pela ANEEL a CELPA fica desobrigada até a próxima revisão tarifária em realizar as compensações aos consumidores pela violação dos indicadores de continuidade mencionados, ficando a empresa obrigada em contabilizar esses valores e realizar investimentos não remunerados (obrigações especiais).
- (c) Dos valores de Outras contas a pagar, R\$ 46.124, temos como principal composição R\$7.033 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial, R\$32.461 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços e R\$ 6.630 de provisionamentos diversos de benefícios pós emprego.



## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 23 Patrimônio líquido

#### 23.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 924.524, representado por 1.907.449.807 ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 ações ordinárias e 4.453.438 ações preferenciais, divididas em 2.166.816 preferenciais Classe “A”; 1.085.373 preferenciais Classe “B”; e 1.201.249 preferenciais Classe “C”, cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias	%	Preferenciais						Total	%
			A	%	B	%	C	%		
Equatorial Energia	1.834.096.369	96,38%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	1.834.558.286	96,18%
Eletrobrás	20.664.721	1,09%	121.339	5,60%	1.074.634	99,01%	-	0,00%	21.860.694	1,15%
Outros	48.235.279	2,53%	1.699.465	78,43%	10.737	0,99%	1.085.346	90,35%	51.030.827	2,67%
<b>Total</b>	<b>1.902.996.369</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.166.816</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.085.373</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.201.249</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.907.449.807</b>	<b>100,00%</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 26 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia autorizaram o aumento do seu capital social em até 572.000 (quinhentos e setenta e dois milhões de reais), mediante emissão de até 2.600.000.000 (dois bilhões e seiscentos milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão por ação ordinária foi fixado em R\$ 0,22 (vinte e dois centavos) por ação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2013, os acionistas da Companhia homologaram parcialmente o aumento de capital mencionado acima, no valor de R\$405.592, mediante a emissão de 1.843.598.873 novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 0,22 por ação, conforme aprovado na AGE realizada em 26 de dezembro de 2012.

Em reunião da diretoria realizada em 27 de setembro de 2013 foi aprovada absorção de prejuízos com recursos de sócios no montante de R\$ 433.741.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 23 Patrimônio líquido -- Continuação

#### 23.1 Capital social--Continuação

Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a quaisquer das classes das ações preferenciais. Conforme estabelece o Estatuto da Companhia:

- As ações preferenciais de classe “A” têm direito a receber dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- As ações preferenciais de classe “B” têm direito a receber dividendo mínimo de 10% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- As ações preferenciais de classe “C” têm direito a receber dividendo mínimo de 3% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

#### 23.2 Reserva de reavaliação

	31/03/2014	31/12/2013
Reserva de reavaliação	244.492	252.705

#### 23.3 Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2013	Quota de Reavaliação	Adição	Baixa	31/03/2014
Reserva de Reavaliação	382.886	(9.593)	-	(2.851)	370.442
Encargo tributário	(130.181)	-	4.231	-	(125.950)
<b>Total</b>	<b>252.705</b>	<b>(9.593)</b>	<b>4.231</b>	<b>(2.851)</b>	<b>244.492</b>

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 24 Receita operacional

Em 31 de março de 2014 e 2013, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/03/2014			31/03/2013		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.776.319	767.351	344.406	1.659.982	629.910	254.679
Industrial	3.992	316.695	105.838	3.809	286.923	89.564
Comercial	154.966	398.720	191.194	147.963	371.956	168.879
Rural	118.764	49.451	16.918	120.197	46.853	14.240
Poder público	17.749	109.340	48.356	17.674	103.869	44.734
Iluminação pública	373	86.731	25.117	377	68.277	18.722
Serviço público	1.826	61.838	17.194	1.776	58.268	15.280
Consumo próprio	262	7.532	-	261	6.156	-
Receita pela Disponibilidade- Uso da Rede	-	-	5.811	-	-	4.268
Baixa renda	-	-	38.871	-	-	18.649
Suprimento CCEE	-	-	27.157	-	-	-
Receita de construção	-	-	124.861	-	-	88.052
Outras	-	-	10.238	-	-	20.768
<b>Total</b>	<b>2.074.251</b>	<b>1.797.658</b>	<b>955.961</b>	<b>1.952.039</b>	<b>1.572.212</b>	<b>737.835</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 25 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
<b>Receita bruta operacional</b>		
Fornecimento de energia elétrica	<b>784.406</b>	639.346
Receita operacional	<b>769.050</b>	631.119
Remuneração financeira WACC	<b>15.356</b>	8.227
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	<b>5.811</b>	4.268
Suprimento de energia elétrica	<b>27.157</b>	-
Receita de construção (a)	<b>124.861</b>	88.052
Outras receitas	<b>13.726</b>	6.169
<b>Total da receita bruta operacional</b>	<b>955.961</b>	737.835
ICMS sobre a venda de energia elétrica	<b>(168.421)</b>	(137.492)
PIS e COFINS	<b>(74.161)</b>	(59.649)
ISS	<b>(1.801)</b>	-
Pesquisa e Desenvolvimento P & D	<b>(1.058)</b>	(835)
Programa de eficiência Energética - EPE	<b>(529)</b>	(418)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	<b>(1.397)</b>	(1.094)
Estudo de Eficiência Energética - PEE	<b>(2.644)</b>	(2.088)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	<b>(1.058)</b>	(835)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	-	(1.253)
Conta de consumo de combustível - CCC	-	(4.063)
Outros	-	-
Deduções à receita operacional	<b>(251.069)</b>	(207.727)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>704.892</b>	530.108

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **25 Receita operacional líquida -- Continuação**

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 26 Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas Operacionais	31/03/2014			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(20.551)	(5.824)	(9.674)	(36.049)
Material	(4.087)	(317)	(275)	(4.679)
Serviço de terceiros	(36.986)	(28.004)	(8.734)	(73.724)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(1.296)	-	-	(1.296)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(360.827)	-	-	(360.827)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(19.179)	-	-	(19.179)
Custo de construção	(124.861)	-	-	(124.861)
Depreciação amortização	(34.519)	-	-	(34.519)
Arrendamentos e aluguéis	(2.504)	-	(723)	(3.227)
Subvenção - CCC	(6.880)	-	-	(6.880)
Recuperação de despesas	-	2.347	34	2.381
Outros	(782)	(1.831)	(4.726)	(7.339)
<b>Total</b>	<b>(612.472)</b>	<b>(33.629)</b>	<b>(24.098)</b>	<b>(670.199)</b>

Custos/despesas operacionais	31/03/2013			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(19.921)	-	(13.782)	(33.703)
Material	(1.111)	(290)	(1.625)	(3.026)
Serviço de terceiros	(17.688)	(22.217)	(27.237)	(67.142)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	93	-	-	93
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(311.486)	-	-	(311.486)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(20.012)	-	-	(20.012)
Custo de construção	(88.052)	-	-	(88.052)
Depreciação amortização	(29.705)	-	-	(29.705)
Arrendamentos e aluguéis	(540)	-	(1.210)	(1.750)
Subvenção - CCC	4.413	-	-	4.413
Recuperação de despesas	-	2.770	-	2.770
Outros	(905)	(2.773)	(2.130)	(5.809)
<b>Total</b>	<b>(484.914)</b>	<b>(22.510)</b>	<b>(45.984)</b>	<b>(553.408)</b>

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **26 Custos do serviço e despesas operacionais -- Continuação**

- (a) Em 24 de janeiro de 2013, foi publicado a medida provisória nº605, que alterou a Lei nº10. 438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Esta medida incluiu como objetivos deste encargo o provimento de recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, bem como recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando assim o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, consoante disposto no § 2o do art. 1o da Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A fim de regulamentar essa medida provisória, foi publicado em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945 que alterou o Decreto nº 7.891. De acordo com este normativo, poderão ser repassados recursos da CDE às concessionárias de distribuição, para: i) neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1ºda Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica; e ii) cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

A ANEEL homologará o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, considerando o resultado do processo de contabilização, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a partir das operações de janeiro de 2013, e a diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio mensal e a cobertura tarifária concedida para o montante de reposição não recontratado. A Eletrobrás repassará estes recursos diretamente às concessionárias de distribuição, nas datas e contas relativas aos respectivos aportes mensais de garantias financeiras, para fins da liquidação financeira do mercado de curto prazo.

Conforme despacho nº 1.135 emitido pela ANEEL em 17 de abril de 2013, os recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foram registrados como recuperação de gastos em função do serviço público de energia elétrica, mas estão sendo apresentados como redutores dos custos de energia elétrica e construção.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 27 Energia elétrica comprada para revenda

	MWh		R\$	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Energia de leilão	1.397.239	1.483.517	(240.655)	(289.683)
Energia bilateral	57.309	53.404	(10.281)	(9.998)
Contratos cotas de garantias	656.715	655.864	(35.743)	(12.265)
Energia de curto prazo – CCEE (a)	445.815	247.560	(300.000)	(111.101)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	38.292	38.838	(10.773)	(13.641)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo(b)	-	-	6.311	20.366
(-) Recuperação custo de energia (c)	-	-	230.314	105.014
Encargo de energia de reserva	-	-	-	(178)
<b>Total</b>	<b>2.595.370</b>	<b>2.479.183</b>	<b>(360.827)</b>	<b>(311.486)</b>

- (a) No primeiro trimestre de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores: (i) aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD que atingiu o limite máximo de 822 R\$/MWh, devido a redução dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional; (ii) O aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações de Usina e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin. Com a publicação do Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, que dispõe da criação da Conta ACR, as distribuidoras irão recuperar a sua despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade, a partir da liquidação de fevereiro de 2014, através do empréstimo de R\$ 11,2 bilhões que será repassado mensalmente pela CCEE aos agentes distribuidores.
- (b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.
- (c) O Decreto nº 7.945 de março de 2013 determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado, em função da tendência de elevação nos custos. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, totalizou R\$ 338.171 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes



## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 28 Resultado financeiro

	<b>31/03/2014</b>	31/03/2013
<b>Receitas financeiras:</b>		
Rendas financeiras	<b>8.224</b>	1.179
Juros ativos	<b>8.018</b>	3.652
Acréscimo moratório de venda de energia	<b>16.473</b>	14.089
Descontos obtidos	<b>8.759</b>	-
Variações monetárias	<b>40.328</b>	23.566
Ajuste de valor presente	<b>23.301</b>	9.407
Operação de swap	<b>1.055</b>	-
Outras receitas	<b>27.834</b>	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>133.992</b>	51.893
<b>Despesas financeiras:</b>		
Variações monetárias e cambiais	<b>(28.290)</b>	(3.781)
Encargos de dívidas	<b>(31.942)</b>	(33.731)
Multas por violação de metas/transg. de faixa	<b>(25.569)</b>	(15.155)
Multas moratórias e compensatórias	<b>(1)</b>	(2.161)
Ajuste a valor presente	<b>(21.800)</b>	(6.158)
Atualização do ativo financeiro - despesa	-	-
Operações de swap	<b>(22.001)</b>	(4.710)
Juros passivos	<b>(14.428)</b>	(1.160)
Outras despesas	<b>(15.999)</b>	833
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(160.030)</b>	(66.023)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(26.038)</b>	(14.130)

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 29 Prejuízo por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

	31/03/2014				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas - A	Ações preferenciais nominativas - B	Ações preferenciais nominativas - C	
<b>Numerador</b>					
Prejuízo líquido do período	(30.694)	(35)	(18)	(19)	(30.766)
<b>Denominador</b>					
Média ponderada por classe de ações	1.902.996	2.167	1.085	1.201	1.907.449
<b>Prejuízo diluído por ação</b>	<b>(0,01613)</b>	<b>(0,01613)</b>	<b>(0,01613)</b>	<b>(0,01613)</b>	<b>(0,01613)</b>

	31/03/2013				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas - A	Ações preferenciais nominativas - B	Ações preferenciais nominativas - C	
<b>Numerador</b>					
Prejuízo líquido do período	(52.434)	(2.028)	(1.054)	(1.092)	(56.608)
<b>Denominador</b>					
Média ponderada por classe de ações	59.398	2.297	1.194	1.237	<b>64.126</b>
<b>Prejuízo diluído por ação</b>	<b>(0,883)</b>	<b>(0,936)</b>	<b>(0,971)</b>	<b>(0,909)</b>	<b>(0,883)</b>

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **30 Entidade de previdência privada**

A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Em razão da aquisição da Centrais Elétricas do Pará – CELPA pela Equatorial Energia S/A, a referida patrocinadora decidiu transferir a gestão dos Planos de Benefícios, administrados pela RedePrev, para a FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar. A referida transferência não implicará em alteração nas condições de direitos e obrigações estabelecidos nos respectivos Regulamentos dos planos patrocinados.

CELPA-BD-I e do CELPA BD-I.

A referida transferência será efetivada em duas etapas, a primeira englobando os planos Celpa BD I e Celpa BD II e a segunda abrangendo os planos Celpa OP e Celpa R.

A RedePrev protocolou em 27 de janeiro de 2014 junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC pedido de transferência de gestão para a Fasmemar dos planos Celpa BD I e Celpa BD II. O pedido foi aprovado em 10 de abril de 2014 conforme divulgado na nota 35.

Os planos de benefícios instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

#### **a) Plano de Benefícios CELPA BD-I:**

Instituído em 30 de julho de 1982, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Esse plano encontra-se bloqueado para novas adesões desde 01 de janeiro de 1998. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão; e, complementação do abono anual.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **30 Entidade de previdência privada --Continuação.**

#### **b) Plano de Benefícios CELPA BD-II:**

Instituído em 01 de janeiro de 1998, encontra-se bloqueado a novas adesões de participantes desde 01 de janeiro de 2000, quando foi instituído os Planos Celpa-OP e R. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, assistidos e pela patrocinadora. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão por morte; Benefício Proporcional Diferido e, complementação do abono anual.

#### **c) Plano de Benefícios - R:**

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante dos extintos Planos de Benefícios CELPA – R, CEMAT – R e ELÉTRICAS – R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. – CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **30 Entidade de previdência privada --Continuação**

#### **d) Plano de Benefícios CELPA-OP:**

Instituído em 01 de janeiro de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

É executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da RedePrev, que engloba os chamados benefícios de risco.

São patrocinadoras do Plano CELPA OP as empresas CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA e a REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

### **31 Instrumentos financeiros**

#### **a. Considerações gerais**

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

#### **b. Política de utilização de derivativos**

A CELPA poderá utilizar operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 31 Instrumentos financeiros --Continuação

#### c. Valor justos dos ativos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão identificados a seguir:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	63.316	63.316	109.294	109.294
Investimentos de curto prazo	199.492	199.492	130.106	130.106
Contas a receber de clientes	596.069	596.069	595.387	595.387
Depósitos judiciais	96.679	96.679	131.939	131.939
Ativo financeiro da concessão	650.052	650.052	600.544	600.544
Sub-rogação da CCC - Valores Aplicados	186.813	186.813	185.688	185.688
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.519	4.519
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	634.376	634.376	477.143	477.143
Empréstimos e financiamentos	1.492.210	1.492.210	1.534.310	1.534.310
Partes relacionadas	426.109	426.109	416.147	416.147
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 31 Instrumentos financeiros -- Continuação

- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

#### d. *Caixa e equivalentes de caixa*

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

#### e. *Fatores de risco - Instrução CVM nº 475*

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 31 Instrumentos financeiros -- Continuação

- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota nº 16.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, quem em virtude da Recuperação Judicial, serão renegociados.
- **Risco Cambial**– Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 37,5% de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.



## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 31 Instrumentos financeiros -- Continuação

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 31 de março de 2014 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Variação Cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	USD	20.093	(120.320)	(260.733)	160.506	300.919
<b>Referência para PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>Taxa em 31/03/2014</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
<u>Dolar USD/R\$</u>		2,26	2,83	3,39	1,70	1,13

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas			Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	31/03/2014	31/12/2013
<b>Swap ITAÚ</b>				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	<b>10.979</b>	17.932
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	<b>(14.963)</b>	(15.082)
<b>TOTAL</b>			<b>(3.984)</b>	2.850
<b>Swap CITIBANK</b>				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	<b>10.181</b>	16.519
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	<b>(14.734)</b>	(14.850)
<b>TOTAL</b>			<b>(4.553)</b>	1.669
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>(8.537)</b>	4.519

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 31 Instrumentos financeiros -- Continuação

- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de covenants financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros**- As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>						
Aplicações Financeiras	CDI	7.993	9.991	11.989	5.994	3.996
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(241)	(474)	(708)	(8)	225
	TJLP	(33)	(49)	(66)	(17)	(1)
	IGPM	(5.467)	(8.920)	(12.373)	(2.013)	1.440
<b>Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>Taxa em 31/03/2014</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
CDI (% acumulado ano)		8,87	11,09	13,31	6,65	4,44
TJLP (% acumulado ano)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% acumulado ano)		7,30	9,13	10,95	5,48	3,65
IPCA (% acumulado ano)		6,15	7,69	9,23	4,61	3,08

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 31 Instrumentos financeiros -- Continuação.

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia é demonstrada abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(129.305)	(98.595)
Cenário III	(258.612)	(197.191)
Cenário IV	129.306	160.016
Cenário V	258.612	320.033

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

#### f. **Gestão do capital**

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 32 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Energia Contratada	2011 a 2042	1.123.344	1.519.025	1.737.900	1.738.805	2.467.598	77.456.833

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

### 33 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

## Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### 34 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras intermediárias, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

<b>Ramo do Seguro</b>	<b>Vencimento das Apólices</b>	<b>Importância Segurada</b>
Fluvial	03/07/2014	316
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30/12/2014	20.000
Riscos Operacionais	30/12/2014	341.038
Automóvel (a)	30/06/2014	-
Automóvel (b)	30/12/2014	-

(a) 198 veículos próprios segurados, conforme apólices.

(b) 38 veículos próprios segurados, conforme apólices.

## **Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”**

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação  
Períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

### **35 Eventos subsequentes**

#### Mudança na administração de planos de previdência

No dia 10 de abril de 2014, por meio dos Ofícios de nº 1330 e 1332/CGTR/DITEC/PREVIC, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar aprovou a transferência da administração dos Planos Celpa BD I (CNPB nº 1982.0006-19) e Celpa BD II (CNPB nº 1997.0004-74), da Redeprev para a Fascemar, através das Portarias de nº 200 (BD II) e 201 (BD I), publicadas no Diário Oficial da União nº 74, de 17 de abril de 2014.

Caberá à Redeprev e à Fascemar providências conjuntas, visando garantir que a efetiva transferência ocorra no prazo de 120 dias, contados a partir da data de publicação das Portarias de aprovação no Diário Oficial da União acima mencionado.

#### Fixação do valor do recurso da Conta – ACR

Em 5 de maio de 2014, a ANEEL emitiu o Despacho Nº 1.378 fixando os valores dos recursos da Conta Centralizadora – CONTA-ACR a serem repassados às concessionárias de distribuição de energia elétrica, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, até 12 de maio de 2014, nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo, nos termos da Resolução Normativa nº 612, de 16 de abril de 2014. O valor fixado para a Companhia referente à competência de março de 2014 foi de R\$ 115.389.

## **Conselho de Administração**

Ana Marta Horta Veloso

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Guilherme Cruz de Souza

**Conselho Fiscal**

**Efetivos**

Sérgio Passos Ribeiro

Renato Moritz

Paulo Roberto Franceschi



**Diretoria Executiva**

Raimundo Nonato Alencar de Castro  
Diretor Presidente

Eduardo Haiama  
Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges  
Diretor

Carla Ferreira Medrado  
Diretora

Tinn Freire Amado  
Diretor

Mauro Chaves de Almeida  
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Diretor

Daniel Campos Negreiros  
Diretor

**Izabel Corina de Oliveira Carvalho**  
**Gerente de Controladoria**  
**Contador**  
**CRC PA 5.989/0-8**

Belém, 30 de abril de 2014 - As Centras Elétricas do Pará S/A (CELPA), concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Pará, anuncia hoje os seus resultados do primeiro trimestre de 2014. As informações não financeiras da CELPA, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT) assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## DEMANDA TRIMESTRAL DE ENERGIA DA CELPA CRESCE 14,0%. PERDAS TOTAIS SOBRE ENERGIA REQUERIDA (12 MESES) CAEM PARA 34,2%.

### 1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

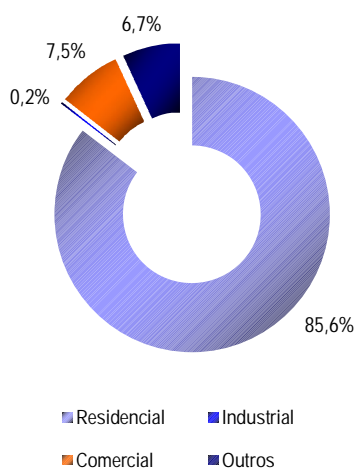
- ▶ O volume de energia distribuída pela CELPA cresceu 14,0% neste trimestre, atingindo 1.880 GWh. A energia faturada no mercado cativo apresentou crescimento de 14,8%.
- ▶ A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 33,0% no 1T14, totalizando R\$705 milhões, em virtude do crescimento da demanda de energia.
- ▶ O EBITDA Regulatório Ajustado do 1T14 atingiu R\$91 milhões, fortemente influenciado pelo crescimento do volume vendido no trimestre.
- ▶ O Lucro Líquido Regulatório Ajustado no 1T14 somou R\$12 milhões, também fortemente impactado pelo crescimento do mercado consumidor no período.
- ▶ Os investimentos da CELPA (excluindo investimentos diretos relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT) somaram R\$99 milhões no 1T14, aumento de 19,0% em relação aos investimentos realizados no 1T13.
- ▶ No 1T14, os índices de DEC e FEC da CELPA (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 64,8 horas e 34,9 vezes, melhoras de 31,1% e 26,9%, respectivamente, quando comparados aos índices observados ao final do 1T13.
- ▶ As perdas totais de energia dos últimos 12 meses encerrados no 1T14 representaram 34,2% da energia requerida, representando queda de 1,3 p.p. em relação aos 35,5% verificados no 4T13.
- ▶ Em abril de 2014, a ANEEL aprovou a quota de Conta-ACR para a CELPA referente à competência de fevereiro e março de 2014, totalizando um valor de R\$194 milhões (para mais detalhes, vide seção de Eventos Subsequentes).

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	1T13	4T13	1T14	Var.
Receita Operacional Líquida (ROL)	530	735	705	33,0%
EBITDA	(17)	22	47	N/A
Margem EBITDA (%ROL)	-3,3%	3,0%	6,6%	9,8 p.p.
EBITDA (últ. 12 meses)	(420)	113	177	N/A
EBITDA Regulatório	31	43	110	252,3%
EBITDA Regulatório (últ. 12 meses)	(380)	113	192	N/A
Resultado Operacional	(63)	(82)	(22)	65,6%
Margem Operacional (%ROL)	-12,0%	-11,2%	-3,1%	8,8 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	(57)	(111)	(31)	45,7%
Margem Líquida (%ROL)	-10,7%	-15,1%	-4,4%	6,3 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação (R\$)	(0,03)	(0,06)	(0,02)	45,7%
Investimentos CELPA (Ex. PLPT)	83	110	99	19,4%
Investimentos Diretos PLPT	0,5	33	12	2313,0%
Dívida Líquida	1.084	961	835	-23,0%
Dívida Líquida / EBITDA Reg. (últ. 12 meses)	-2,9 x	8,5 x	4,3 x	7,2 x

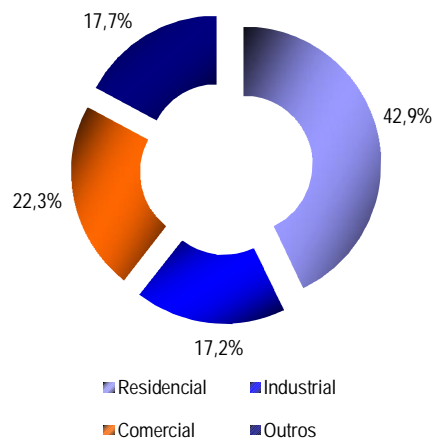
## 2. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARÁ

### 2.1. VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Base de Clientes (% por Classe) – 1T14



Energia Vendida (% por Classe) – 1T14



No 1T14, as vendas de energia para o mercado cativo cresceram 14,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.790 GWh. Tal crescimento pode ser explicado pelos seguintes fatores: (a) Início na redução das perdas de energia da Companhia, na medida em que parte do volume de energia consumido passa a ser faturado e também é recuperado do passado; (b) aquecimento do mercado de trabalho em 2014, aumento real de renda e expansão do crédito, com consequente expansão dos principais segmentos da classe comercial; (c) crescimento observado nos principais ramos industriais (produtos alimentícios, metalurgia, extração e tratamento de minerais, madeira e construção).

CLASSE DE CONSUMO * (MWh)	1T13	4T13	1T14	Var.
Residencial	629.910	758.350	767.351	21,8%
Industrial	286.923	364.903	316.695	10,4%
Comercial	371.956	445.532	398.720	7,2%
Outros	277.267	328.569	307.361	10,9%
<b>TOTAL (Cativo)</b>	<b>1.566.057</b>	<b>1.897.354</b>	<b>1.790.128</b>	<b>14,3%</b>
Consumidores Livres	83.857	87.476	90.062	7,4%
<b>TOTAL (Cativo + Livres)</b>	<b>1.649.913</b>	<b>1.984.831</b>	<b>1.880.189</b>	<b>14,0%</b>

(\*) Não inclui consumo próprio

No 1T14, a carga da CELPA apresentou crescimento de 5,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto a carga nacional e da região Norte variaram 8,3% e 27,1%, respectivamente. Segundo o Boletim Mensal da ONS, o crescimento apresentado pela região Norte no período deve-se ao segundo trimestre completo após interligação de Manaus ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

GWh	1T13	4T13	1T14	Var.
Carga Brasil (*)	132.435	135.503	143.388	8,3%
Carga Norte (*)	8.820	11.292	11.206	27,1%
Carga CELPA (*)	2.612	2.990	2.746	5,1%

(\*) Dados referente ao Sistema Interligado Nacional

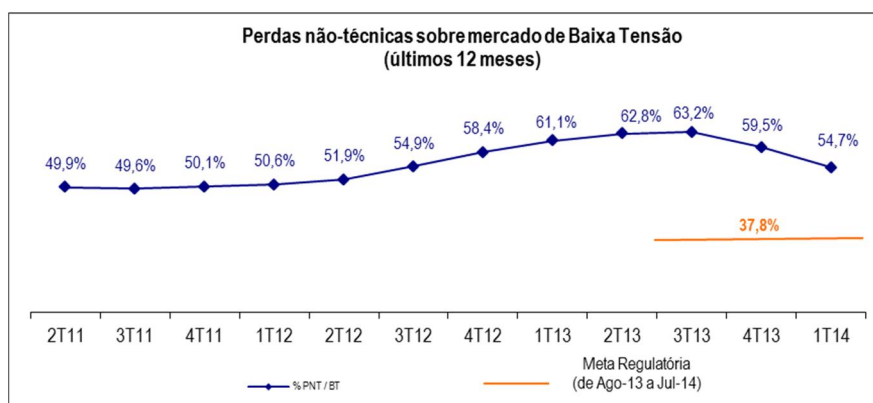
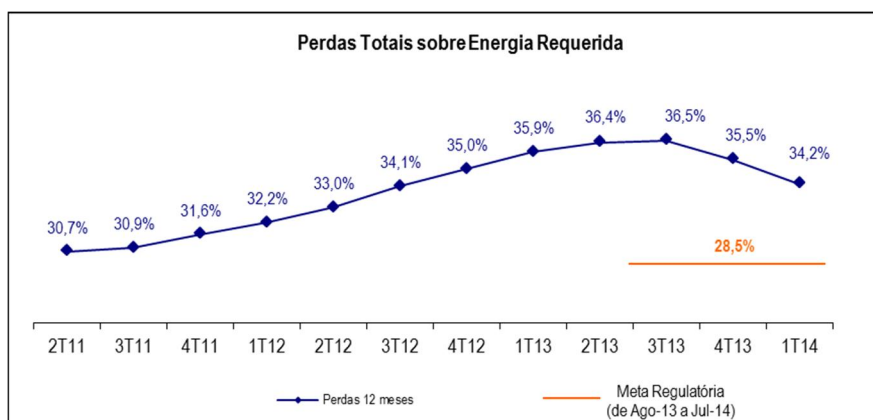
## 2.2. BALANÇO ENERGÉTICO

O volume de energia requerida pelo sistema da CELPA alcançou 2.746 GWh no 1T14, apresentando crescimento de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia vendida no trimestre cresceu 14,3% em relação ao 1T13.

Bal. Energético (MWh)	1T 13	4T13	1T14	Var.
Energia Vendida (Cativo + Cons. Próprio)	1.572.212	1.910.597	1.797.659	14,3%
Mercado Livre	83.856	87.476	90.062	7,4%
Perdas Totais	956.065	991.983	858.619	-10,2%
Energia Requerida	2.612.135	2.990.056	2.746.340	5,1%
Geração Própria	102.633	120.510	106.759	4,0%
Compra de Energia	2.509.502	2.869.545	2.639.581	5,2%

## 2.3. PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 1T14 representaram 34,2% da energia requerida, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão atingiram 54,7%.



## 2.4. QUALIDADE DO SERVIÇO (DEC E FEC)

O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 1T14, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 64,8 horas, que comparado às 94,1 horas do final do 1T13, representou redução de 31,1%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do trimestre, foi de 34,9 vezes, representando redução de 26,9% em relação ao índice do fechamento do 1T13.



## 2.5. CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

No 1T14, o custo médio de compra de energia líquido de PIS/COFINS (excluindo custos de transporte e contabilizações de CVA) foi de R\$143,1 por MWh, representando uma queda de 4,9% em relação ao 1T13. Vale ressaltar que os custos de compra de energia são repassados à tarifa de venda de energia, uma vez que fazem parte da Parcela A (custos não gerenciáveis).

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA	1T13	4T13	1T14	Var.
Energia Comprada* (R\$MM)	305	296	308	1,0%
MWh Contratado	2.231.622	2.646.861	2.149.554	-3,7%
R\$/MWh	136	112	143	4,9%

## 2.6. ENERGIA CONTRATADA

No encerramento do 1T14, a posição de energia contratada da CELPA para o período de 2014 a 2018 apresentava a distribuição demonstrada na tabela a seguir. Os montantes abaixo incluem a energia contratada nos leilões de energia nova A-1, realizado em dezembro de 2013, A-3 e A-5, realizados em setembro de 2008, assim como a energia contratada no Leilão da Usina de Jirau (contrato de 30 anos, iniciando no ano 2013).

CONTRATOS (MWh)	2014	2015	2016	2017	2018
TOTAL - MWh	9.591.360	8.767.213	8.964.548	9.065.375	11.223.532

## 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 3.1. RECEITA OPERACIONAL

No 1T14, a Receita Bruta de venda de energia cresceu 23,6%, influenciada principalmente pelo aumento de 14,3% no volume de vendas e pelo aumento do consumo médio por cliente na casa de 8,0% na comparação com o 1T13. Já a Receita Líquida atingiu R\$705 milhões (R\$580 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), crescimento de 33,0% (31,2% de crescimento sem Rec. de Construção) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

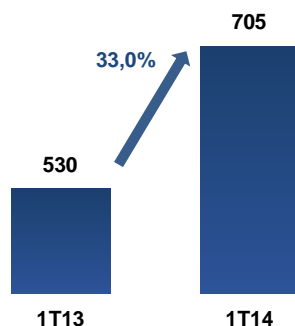
Com a convergência das regras contábeis brasileiras com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2010 passou a ser reconhecida na Receita Bruta a Receita de Construção, com impacto na ROL, porém sem impacto no EBITDA ou Lucro Líquido pois o mesmo valor é deduzido em linha específica dentro dos Custos Não-Gerenciáveis. Neste trimestre foram reconhecidos R\$125 milhões, ao passo que no 1T13 foram reconhecidos R\$88 milhões.

ANÁLISE DA RECEITA	1T13	4T13	1T14	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	1.566.057	1.897.354	1.797.659	14,8%
No. de Clientes**	1.952.039	2.030.533	2.074.251	6,3%
KWh por Cliente (no período)	802	934	867	8,0%
Receita Bruta de Fornecimento	606	804	749	23,6%
Residencial	255	347	344	35,2%
Industrial	90	121	106	18,2%
Comercial	169	215	191	13,2%
Outras Classes	93	122	108	15,7%
Suprimento (R\$ MM)	-	17	27	N/A
Outras Receitas (R\$ MM)	44	34	34	-22,0%
Subvenção Baixa Renda	33	22	18	-45,7%
Uso da Rede	4	1	2	-45,6%
Outras Receitas Operacionais	6	11	14	122,5%
Outras Receitas Operacionais não-recorrentes	6	-	-	N/A
Receita de Construção	88	144	125	41,8%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(208)	(263)	(251)	-20,9%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	530	735	705	33,0%

\* Exclui Consumo Próprio e Consumidores Livre

\*\* Exclui unidades consumidoras próprias e Livres

Receita Líquida - trimestral (R\$MM)



## 3.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 1T14, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$657 milhões (R\$532 milhões, desconsiderando os Custos de Construção).

Neste trimestre, tivemos o reconhecimento de R\$ 5 milhões relativos à venda de padrão (espécie de caixa que abriga o medidor na unidade consumidora), quase que totalmente no custo de Material.

No 1T14, os gastos de PMSO realizaram-se um pouco abaixo do esperado por conta dos investimentos que foram postergados em função do grande volume de chuvas no período.

R\$ MM	1T13	4T13	1T14	Var.
Pessoal	35	42	38	9,6%
Material	3	6	5	54,6%
Serviço de Terceiros	67	98	74	9,8%
Outros	6	10	9	59,7%
<b>PMSO</b>	<b>110</b>	<b>152</b>	<b>125</b>	<b>13%</b>
Provisões	21	(11)	20	-4,4%
PDD e Perdas	21	(3)	22	4,5%
% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)	3,3%	-0,3%	2,7%	-0,5 p.p.
Provisões para Contingências	(0)	1	(2)	N/A
Provisão Plano de Pensão	1	(8)	-	N/A
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1	8	6	682,3%
<b>CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS</b>	<b>133</b>	<b>154</b>	<b>152</b>	<b>14,5%</b>
% Receita Líquida (s/ Receita e sem custo de Construção)	30,1%	26,1%	26,3%	-3,8 p.p.
Energia Comprada e Transporte	311	405	361	15,8%
Encargos Uso Rede e Conexão	20	17	19	-4,2%
Custo de Construção	88	144	125	41,8%
Subvenção CCC	(64)	(81)	(74)	14,8%
Materia prima p/ produção de energia elétrica	60	80	81	34,7%
<b>CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS</b>	<b>415</b>	<b>566</b>	<b>512</b>	<b>23,3%</b>
% Receita Líquida (s/ Receita e c/Custo de Construção)	74,0%	71,4%	66,7%	-7,2 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>553</b>	<b>721</b>	<b>657</b>	<b>18,9%</b>

## 3.3. EBITDA

No 1T14, o EBITDA Societário apresentado foi de R\$47 milhões versus um valor negativo de R\$17 milhões no 1T13. Para a apuração do EBITDA Regulatório consideramos o ajuste de Ativos e Passivos regulatórios líquidos, chegando ao valor de R\$110 milhões no trimestre.

Neste trimestre, houve o impacto de R\$19 milhões de gastos com provisões de compra de energia realizadas no 4T13, que entretanto foram revertidas no 1T14, melhorando o resultado no trimestre. Desconsiderando este impacto não recorrente, o EBITDA ajustado do trimestre seria de R\$ 91 milhões.

EBITDA (R\$ milhões)	1T13	4T13	1T14	Var.
Resultado do Serviço	(49)	(22)	4	N/A
Depreciação e Amortização	31	36	37	17,4%
<b>EBITDA Societário (CVM)*</b>	<b>(18)</b>	<b>14</b>	<b>41</b>	<b>N/A</b>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1	8	6	682,3%
<b>EBITDA Societário</b>	<b>(17)</b>	<b>22</b>	<b>47</b>	<b>N/A</b>
Ativos / Passivos Regulatórios Líquidos	49	23	63	29,8%
<b>EBITDA Regulatório</b>	<b>31</b>	<b>45</b>	<b>110</b>	<b>251,7%</b>
Ajustes Compra de Energia			(19)	N/A
<b>EBITDA Regulatório Ajustado</b>	<b>31</b>	<b>45</b>	<b>91</b>	<b>190,8%</b>

\*Calculado em conformidade com a Instrução CVM 527/12

### 3.4. RESULTADO FINANCEIRO

No 1T14, a Companhia apresentou resultado financeiro líquido negativo em R\$ 26 milhões, versus um resultado negativo em R\$14 milhões no 1T13.

R\$ MM	1T13	4T13	1T14	Var.
Rendas financeiras	1	7	8	597,4%
Juros ativos	4	9	8	119,6%
Acréscimo moratório de venda de energia	14	15	16	16,9%
Descontos obtidos	0	(8)	9	N/A
Variações monetárias	24	4	40	71,1%
Ajuste de valor presente	9	18	23	147,7%
Operação de swap	-	34	1	N/A
Outras receitas	(0)	36	28	N/A
<b>Receita Financeira Total</b>	<b>52</b>	<b>115</b>	<b>134</b>	<b>158%</b>
Variações monetárias e cambiais	(4)	(26)	(28)	-648,2%
Encargos de dívidas	(34)	(33)	(32)	5,3%
Multas por violação de metas/transg. de faixa	(15)	(11)	(26)	-68,7%
Multas moratórias e compensatórias	(2)	(8)	0	N/A
Ajuste a valor presente	(6)	(16)	(22)	-254,0%
Operações de swap	(5)	(30)	(22)	-367,1%
Juros passivos	(1)	(5)	(14)	N/A
Outras despesas	1	(46)	(16)	N/A
<b>Despesa Financeira Total</b>	<b>(66)</b>	<b>(175)</b>	<b>(160)</b>	<b>-142%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(14)</b>	<b>(60)</b>	<b>(26)</b>	<b>-84%</b>

### 3.5. RESULTADO LÍQUIDO

No 1T14, a CELPA apresentou prejuízo de R\$31 milhões, versus prejuízo de R\$57 milhões no mesmo trimestre do ano anterior. Se considerarmos os ajustes de Ativos/Passivos regulatórios líquidos, resultado financeiro, depreciação/amortização e reversão de compra de energia referente ao trimestre anterior, o Lucro Líquido Regulatório ajustado ficaria em R\$12 milhões, praticamente o dobro do apresentado no 1T13.

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO (R\$ milhões)	1T13	4T13	1T14	Var.
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	(57)	(111)	(31)	45,7%
Ativos / Passivos Regulatórios Líquidos	49	23	63	29,8%
Resultado não Operacional + resultado financeiro	6	(6)	(10)	N/A
Depreciação e Amortização	8	8	8	-5,5%
Ajustes Compra de Energia			(17)	N/A
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO Ajustado</b>	<b>6</b>	<b>(86)</b>	<b>12</b>	<b>120,4%</b>



#### 4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Com a adaptação das regras contábeis brasileiras ao IFRS, os ativos e passivos regulatórios do setor deixaram de ser registrados nos balanços da Companhia. Entretanto, tais valores continuam sendo considerados pela ANEEL quando do cálculo dos Componentes Financeiros a cada Reajuste Anual ou Revisão Periódica.

Abaixo, abrimos os componentes dos Ativos e Passivos Regulatórios por trimestre na CELPA desde o 1T13.

Ativos Regulatórios	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
<b>Saldo Inicial</b>					
<b>Constituição CVAs</b>	<b>96.250</b>	<b>156.603</b>	<b>60.132</b>	<b>103.885</b>	<b>73.984</b>
CCC	3.014	3.074	-	-	-
CDE	-	-	-	-	303
Proinfa	6.143	9.225	1.003	1.215	1.794
ESS	29.510	25.470	13.519	-	1.382
Rede Básica	-	-	1.417	2.418	4.022
Compra	57.583	118.834	44.193	100.252	66.482
<b>Amortização CVAs</b>	<b>3.608</b>	<b>1.829</b>	<b>20.953</b>	<b>18.084</b>	<b>15.302</b>
CCC	-	-	3.471	2.420	1.402
CDE	607	308	-	-	-
Proinfa	699	355	5.898	4.113	2.382
ESS	-	-	19	13	8
Rede Básica	-	-	92	64	37
Compra	2.302	1.166	11.474	11.474	11.474
<b>Outros Ativos Regulatórios</b>	<b>91.238</b>	<b>77.176</b>	<b>94.765</b>	<b>70.487</b>	<b>208.676</b>
Diferim.Repos.Tarifária	22.007	10.979	92.567	69.012	46.590
Recuperação dos 3% excedentes	6.055	3.021	-	-	143.370
Dif.gastos manual contr.patrimonial	33.892	33.892	2.198	1.475	787
Provisão de CVA	-	-	-	-	17.929
Diferim.estorno crédito ICMS	11.874	11.874	-	-	-
Difer.ICMS saídas isentas O.Diesel	17.410	17.410	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>191.096</b>	<b>235.608</b>	<b>175.851</b>	<b>192.456</b>	<b>297.962</b>

Passivos Regulatórios	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
<b>Saldo Inicial</b>					
<b>Constituição CVAs</b>	<b>(680)</b>	<b>(2.590)</b>	<b>-</b>	<b>(17.289)</b>	<b>(80.475)</b>
Compra de Energia	-	-	-	-	-
Rede Básica	(611)	(2.520)	-	-	-
ESS	-	-	-	(2.688)	-
Proinfa	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-
CDE	(68)	(70)	-	-	-
OUTROS ATIVOS REGULATÓRIOS - OUTROS				(14.601)	(15.653)
CVA de Provisão					(64.822)
<b>Amortização CVAs</b>	<b>(18.753)</b>	<b>(9.330)</b>	<b>(76.902)</b>	<b>(51.683)</b>	<b>(27.662)</b>
Rede Básica	(1.000)	(507)	(2.523)	(1.759)	(1.019)
Compra de Energia	-	-	(36)	(25)	(15)
CCC	(15)	(8)	-	-	-
CDE	-	-	(363)	(254)	(147)
ESS	(3.062)	(1.553)	-	-	-
Proinfa	-	-	(5)	(3)	(2)
RTE	(10.510)	(5.244)	-	-	-
<b>Custo aquisição energia CVA</b>	<b>(686)</b>	<b>(282)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Neutralidade Parc. A</b>	<b>(3.480)</b>	<b>(1.736)</b>	<b>(2.657)</b>	<b>(1.783)</b>	<b>(951)</b>
OUTROS ATIVOS REGULATÓRIOS - OUTROS			(71.318)	(47.859)	(25.529)
<b>Saldo Final</b>	<b>(19.433)</b>	<b>(11.920)</b>	<b>(76.902)</b>	<b>(68.972)</b>	<b>(108.137)</b>

Ativos / Passivos Reg. Líquidos	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14
Ativos Regulatórios	191.096	235.608	175.851	192.456	297.962
Passivos Regulatórios	(19.433)	(11.920)	(76.902)	(68.972)	(108.137)
<b>Ativo Regulatório Líquido</b>	<b>171.663</b>	<b>223.688</b>	<b>98.949</b>	<b>123.484</b>	<b>189.825</b>
<b>Total</b>	<b>171.663</b>	<b>223.688</b>	<b>98.949</b>	<b>123.484</b>	<b>189.825</b>

## 5. ENDIVIDAMENTO

No 1T14, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1.492 milhões, 2,7% inferior ao endividamento registrado ao final do 4T13, de R\$1.534 milhões.

### 5.1. PERFIL DA DÍVIDA

#### Situação da Dívida Bruta

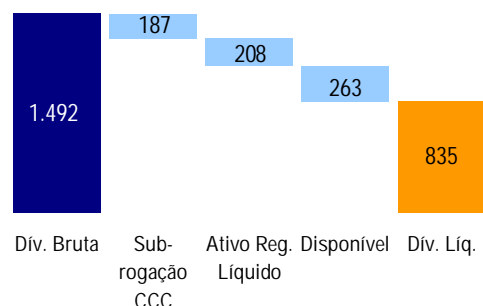
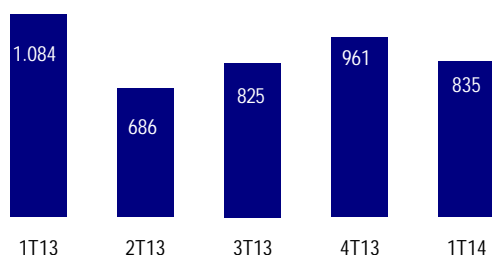
Vencimento	1T14	%	Indexador	R\$ mil	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Curto Prazo	107	7,2%	Pré Fixado (US\$) <sup>1</sup>	367	3,9%	set/20	6,6	24,6%
Longo Prazo	1.385	92,8%	Libor Semestral	17	1,8%	abr/24	10,2	1,2%
2015	285	19,1%	Libor Trimestral	173	2,7%	nov/15	1,7	11,6%
2016	11	0,7%	Moeda Estrangeira	558	3,5%		5,2	37,4%
2017	10	0,7%	TJLP	1	9,7%	abr/16	2,1	0,1%
2018	8	0,5%	CDI	11	8,9%	jul/17	3,3	0,8%
2019	11	0,7%	Pré fixado (R\$)	645	5,7%	nov/26	12,8	43,2%
2020	8	0,5%	RGR	73	6,9%	mai/23	9,3	4,9%
2021	29	1,9%	IGP-M	203	8,3%	set/34	20,8	13,6%
2022	56	3,7%	Moeda Nacional	934	6,4%		14,2	62,6%
2023	52	3,5%	<b>TOTAL</b>	<b>1.492</b>	<b>5,3%</b>		<b>10,8</b>	<b>100,0%</b>
2024	90	6,0%	Derivativo	9				
2025	48	3,2%	<b>TOTAL Dívida + Derivativo</b>	<b>1.501</b>				
2026	27	1,8%	<sup>1</sup> Dívida com swap para CDI					
2027	68	4,6%						
2028	153	10,3%						
2029	67	4,5%						
Após 2029	462	31,0%						
<b>TOTAL</b>	<b>1.492</b>	<b>100%</b>						

Após a reestruturação, entendemos que o perfil de vencimentos da CELPA é confortável, uma vez que 7,2% (ou R\$107 milhões) vencem no curto prazo, volume menor que as disponibilidades de caixa que somavam R\$263 milhões no encerramento do 1T14, e 92,8% (ou R\$1.385 milhões) vencem apenas a partir do segundo trimestre de 2015. O custo médio da dívida atualmente está em 5,3%, equivalente a 60% do CDI dos últimos 12 meses.

A dívida líquida, considerando as disponibilidades, os ativos regulatórios líquidos e a sub-rogação de CCC, atingiu o montante de R\$835 milhões no 1T14, queda de 23,0% na comparação com o encerramento do 1T13.

Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida/ EBITDA (Últ.12 meses)

Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM)



## 6. INVESTIMENTOS

### 6.1. INVESTIMENTOS DA CELPA

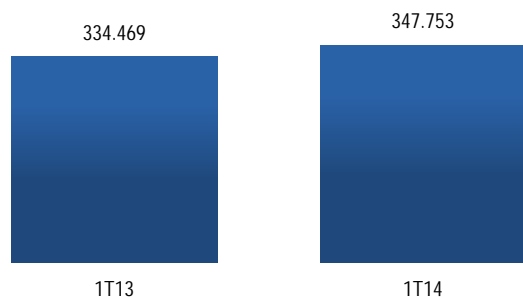
	1T13	4T13	1T14	Var.
Manutenção	0	1	9	N/A
Expansão da Rede	79	94	48	-40%
Projetos Especiais	3	2	2	-29%
Equipamentos e Sistemas	1	10	15	2055%
Universalização	-	-	16	N/A
Outros	0	4	9	N/A
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>110</b>	<b>99</b>	<b>19%</b>

Os investimentos da CELPA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$99 milhões no 1T14, representando redução de 17,5% em relação ao 1T13.

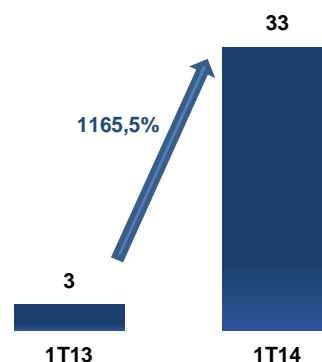
### 6.2. INVESTIMENTOS NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PLPT)

Ao final do 1T14, foi alcançada a marca de 348 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CELPA através do PLPT, gerando um benefício direto a praticamente 1,7 milhão de habitantes no Estado do Pará. O PLPT já está presente em todos os 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 1T14, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$33 milhões.

Número de Clientes Ligados à Rede



Investimentos Diretos PLPT (R\$MM): Trimestral



## 7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221, que dispõe sobre a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica e incorridas no período de fevereiro a dezembro de 2014, cabendo à CCEE contratar as operações de créditos bem como gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Foi provisionado o valor de R\$ 194 milhões referente à competência de fevereiro e março de 2014 para a Companhia.

## SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da Ernst & Young, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e outros serviços relacionados por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As informações não financeiras da CELPA e as relacionadas ao Programa Luz para Todos (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Haiama  
Diretor de Relações com Investidores

Thomas Newlands  
Relações com Investidores

Renato Parentoni  
Relações com Investidores

Telefones: +0 XX (21) 3206-6635 / 6607  
E-mail: [ri@CELPA.com.br](mailto:ri@CELPA.com.br)  
Website: [www.CELPA.com.br](http://www.CELPA.com.br)

## AVISOS

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Considerações acerca dos critérios contábeis:

As informações estão apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), a partir das informações financeiras revisadas.

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	1T13	4T13	1T14	Var.
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	737.835	998.617	955.962	29,6%
Fornecimento de Energia Elétrica	639.346	826.053	787.894	23,2%
Uso da Rede	4.268	715	2.323	-45,6%
Suprimento de Energia Elétrica	-	16.876	27.157	N/A
Receita de Construção	88.052	144.463	124.861	41,8%
Outras Receitas	6.169	10.509	13.726	122,5%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	(207.727)	(263.463)	(251.068)	20,9%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	530.108	735.154	704.894	33,0%
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	(419.550)	(567.036)	(504.867)	20,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(311.486)	(405.295)	(360.827)	15,8%
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(20.012)	(17.278)	(19.179)	-4,2%
Custo de Construção	(88.052)	(144.463)	(124.861)	41,8%
<b>CUSTO/DESPESA OPERACIONAL</b>	(127.910)	(145.956)	(153.375)	19,9%
Pessoal	(34.817)	(43.452)	(38.152)	9,6%
Material	(3.026)	(6.317)	(4.679)	54,6%
Serviço de Terceiros	(67.142)	(97.921)	(73.724)	9,8%
Outros	(5.936)	(9.818)	(9.482)	59,7%
PMSO	(110.922)	(157.508)	(126.037)	13,6%
Subvenção CCC	64.422	80.816	73.953	14,8%
Materia prima p/ produção de energia elétrica	(60.009)	(79.853)	(80.833)	34,7%
Provisões	(21.401)	10.589	(20.459)	-4,4%
<b>EBITDA</b>	(17.352)	22.162	46.651	N/A
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(748)	(8.396)	(5.854)	682,3%
Depreciação e Amortização	(31.150)	(35.892)	(36.580)	17,4%
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	(49.250)	(22.127)	4.217	N/A
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	(14.130)	(60.050)	(26.038)	-84,3%
Receitas Financeiras	51.893	114.860	133.992	158,2%
Despesas Financeiras	(66.024)	(174.910)	(160.030)	142,4%
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	(63.381)	(82.176)	(21.821)	65,6%
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	(748)	(8.396)	(5.854)	-682,3%
Receita Não operacional	750	2.064	353	-52,9%
Despesa Não Operacional	(1.498)	(10.460)	(6.207)	314,4%
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>	(63.381)	(82.176)	(21.821)	65,6%
Diferido	6.773	(28.610)	(8.942)	N/A
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	(56.608)	(110.787)	(30.764)	45,7%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	1T13		1T13	1T14		1T14
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	661.032	(76.803)	737.835	780.580	(175.382)	955.962
Fornecimento de Energia Elétrica	659.243	15.628	643.615	752.639	(41.066)	793.705
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	-	17.702	(9.454)	27.157
Receita de Construção	-	(88.052)	88.052	-	(124.861)	124.861
Outras Receitas	1.789	(4.380)	6.169	10.238	-	10.238
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	(207.714)	(13)	(207.727)	(251.722)	654	(251.068)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	453.318	(76.816)	530.108	528.857	(174.728)	704.894
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	(291.222)	125.249	(416.470)	(274.060)	238.982	(513.043)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(395.706)	20.794	(416.500)	(482.962)	108.179	(591.141)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(3.609)	16.403	(20.012)	(13.237)	5.942	(19.179)
Custos de Construção	-	88.052	(88.052)	-	124.861	(124.861)
Recuperação de despesa (CDE)	105.014	-	105.014	230.314	-	230.314
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	3.079	-	3.079	(8.175)	-	(8.175)
<b>CUSTO/DESPESA OPERACIONAL</b>	(130.991)	-	(130.991)	(145.200)	-	(145.200)
Pessoal	(34.817)	-	(34.817)	(38.152)	-	(38.152)
Material	(3.026)	-	(3.026)	(4.679)	-	(4.679)
Serviço de Terceiros	(67.142)	-	(67.142)	(73.724)	-	(73.724)
Provisões	(21.310)	-	(21.310)	(20.459)	-	(20.459)
Outros	(4.695)	-	(4.695)	(8.186)	-	(8.186)
<b>EBITDA</b>	31.106	48.459	(17.353)	109.597	62.946	46.651
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1.811	2.559	(748)	(3.078)	2.776	(5.854)
Depreciação e Amortização	(23.214)	7.936	(31.150)	(29.021)	7.559	(36.580)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	9.703	58.954	(49.251)	77.497	73.280	4.217
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	(11.085)	3.045	(14.130)	(39.138)	(13.100)	(26.038)
Receitas Financeiras	57.656	5.763	51.893	122.630	(11.362)	133.992
Despesas Financeiras	(68.741)	(2.718)	(66.024)	(161.768)	(1.737)	(160.030)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>	(1.383)	61.999	(63.382)	38.360	60.181	(21.821)
Contribuição Social	-	-	-	(2.369)	-	(2.369)
Imposto de Renda	-	-	-	(6.574)	-	(6.574)
Impostos Diferidos	6.773	-	6.773	-	-	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	5.390	61.999	(56.609)	29.417	60.181	(30.764)

ATIVO (R\$ Mil)	1T13	4T13	1T14
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.418.528</b>	<b>1.095.750</b>	<b>1.368.797</b>
Caixa e equivalentes de caixa	239.762	109.294	63.316
Investimentos de curto prazo	204.363	130.106	199.492
Contas a receber de clientes	443.984	560.455	548.243
Estoques	8.891	13.944	17.036
Impostos e contribuições a recuperar	52.307	74.518	71.857
Impostos sobre o lucro a recuperar	6.570	10.788	3.261
Aquisição de combustível - conta CCC	195.722	94.346	156.034
Depósitos Judiciais	75.988	1.395	484
Serviços pedidos	38.480	68.941	81.954
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.287	-
Recuperação de custo de energia e encargos	105.014	1.032	194.633
Outros Créditos a Receber	47.447	26.644	32.487
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.169.688</b>	<b>3.373.986</b>	<b>3.431.428</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>848.618</b>	<b>1.075.891</b>	<b>1.109.218</b>
Contas a receber de clientes - LP	24.235	34.932	47.826
Impostos e contribuições a recuperar LP	38.326	33.207	32.273
Instrumentos financeiros derivativos NC	-	232	-
Impostos e contribuições a recuperar	43.622	24.716	30.932
Depósitos judiciais NC	31.576	130.544	96.195
Ativo financeiro da concessão	459.977	600.544	650.052
Sub-rogação da CCC	212.704	185.688	186.813
Outros créditos a receber - LP	38.178	66.028	65.127
<b>PERMANENTE</b>	<b>2.321.070</b>	<b>2.298.095</b>	<b>2.322.210</b>
Investimentos	7.267	7.130	7.086
Intangível	2.313.803	2.290.965	2.315.124
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.588.216</b>	<b>4.469.736</b>	<b>4.800.225</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	1T13	4T13	1T14
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.451.263</b>	<b>1.001.311</b>	<b>1.269.868</b>
Fornecedores	556.912	477.143	634.376
Folha de pagamento e provisão de férias	20.713	33.721	22.533
Empréstimos e Financiamentos	408.041	10.683	107.225
Derivativos	4.958	-	2.797
Taxas regulamentares a pagar	14.249	365	667
Impostos e contribuições a recolher	179.750	198.217	227.718
Dividendos	30.043	-	-
Partes relacionadas	53.802	-	-
Pesquisa & Desenvolvimento e eficiência energética	40.680	53.735	58.434
Indenizações trabalhistas	20	-	20
Recuperação judicial	8.963	85.254	82.662
Outras contas a pagar	133.132	142.193	133.436
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.034.480</b>	<b>3.074.348</b>	<b>3.167.046</b>
Empréstimos e financiamentos - LP	1.504.538	1.523.627	1.384.985
Derivativos LP	-	-	5.740
Taxas regulamentares a pagar - LP	84.472	-	-
Impostos e contribuições a recolher - LP	375.146	299.503	280.400
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.760	-	-
Provisão para contingências	227.019	265.798	259.074
Pesquisa & Desenvolvimento e eficiência energética LP	56.549	60.090	61.547
Partes relacionadas - LP	246.814	416.147	426.109
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50.000	295.000
Plano de aposentadoria e pensão	33.965	25.533	25.533
Recuperação judicial - LP	410.220	332.620	310.144
Outras contas a pagar - LP	92.997	101.030	118.514
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>102.473</b>	<b>394.077</b>	<b>363.311</b>
Capital Social	518.932	924.524	924.524
Reserva de reavaliação	276.959	252.705	244.492
Outros resultados abrangentes	(4.291)	(4.291)	(4.291)
Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.094.719)	(778.861)	(801.414)
Patrimônio líquido antes dos recursos p/futuro aumento de capit	(303.119)	394.077	363.311
Recursos destinados p/aumento de capital	405.592	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.588.216</b>	<b>4.469.736</b>	<b>4.800.225</b>